

NÓS MULHERES

Nº 8 - JUNHO/JULHO DE 1978 - Cr\$ 8,00.

Em busca da verdade

No dia 25 de outubro de 1975, o jornalista Wladimir Herzog foi depor no DOI-CODI do II Exército sobre a reorganização do Partido Comunista Brasileiro. À tarde, estava morto. Segundo as autoridades, ele teria se suicidado, enforcando-se com um cinto. Mas há outras versões. Por isso, sua esposa, Clarice Herzog, e toda a família continuam empenhados em saber a verdade.

Uma ação declaratória foi movida contra a União, para verificar a sua responsabilidade na sorte de Herzog. Em sua primeira audiência, no último dia 16 de maio, vários depoimentos de jornalistas, também presos e torturados na mesma época, negaram a hipótese de suicídio. Devido as suas declarações, alguns deles estão sendo ameaçados por grupos de extrema direita.

Resta saber se, desvendados os fatos, a justiça conseguirá responsabilizar e punir os culpados.



Vanessa: cinema político

A atriz inglesa Vanessa Redgrave ganhou o Oscar como coadjuvante no filme *Julia*, onde faz o papel-título ao lado de Jane Fonda.

As duas atrizes são conhecidas por sua participação política. Jane fez, no Vietnã, um filme sobre a luta desse povo contra o imperialismo norte-americano. Vanessa financiou e fez a locução de um filme sobre a Organização para a Libertação Palestina. Isso originou pressões para

que ela não recebesse o Oscar, mas a Academia resolveu premiá-la. Na solenidade de entrega, televisionada para quase todos os países do mundo, Vanessa aproveitou para firmar suas posições políticas: contra o anti-semitismo, como seu personagem em *Júlia*, um militante antinazista; e pelo direito dos refugiados palestinos de retornarem à sua terra.

Na última página, um comentário sobre *Julia*.

Pílulas: quem pediu?

Os bispos do Rio de Janeiro denunciaram recentemente o grande número de abortos feitos no Brasil. Para quem não sabe, o Brasil é quase recordista em matéria de abortos no mundo. O primeiro é o Japão. A única medida tomada para modificar essa situação, em nosso país, onde o aborto é proibido e por isso realizado em péssimas condições, foi o Plano de Gravidez de Alto Risco.

No segundo semestre, este plano será posto em prática e já tem o aval do provável fu-

turo presidente, General Figueiredo: é baseado na distribuição massiva de pílulas anticoncepcionais, método que tem sido violentamente criticado pela maioria dos médicos especialistas, devido aos danos que causam à saúde. Por outro lado, o diafragma - um método anticoncepcional alternativo - não é fabricado no Brasil e foi considerado "artigo de luxo" pela nova legislação de importação. Tudo isso, sem a menor consulta à principal interessada: a mulher.

Brasileiras no exílio, esperando a anistia para voltar.

Páginas 6, 7 e 8.

"Protegendo" as prostitutas

Em Bauri, 217 prostitutas são obrigadas, pela delegacia de polícia, a realizarem exames médicos mensais. Com isto, a antiga Santa Casa da cidade recebe destas mulheres Cr\$ 32.550,00 por mês. Revoltadas, elas contrataram um advogado e enviaram ao diretor da Divisão Regional da Saúde um abaixo-assinado exigindo que os exames médicos sejam gratuitos, ou pelo menos bem mais baratos que os Cr\$ 150,00 atuais pagos por cada uma.

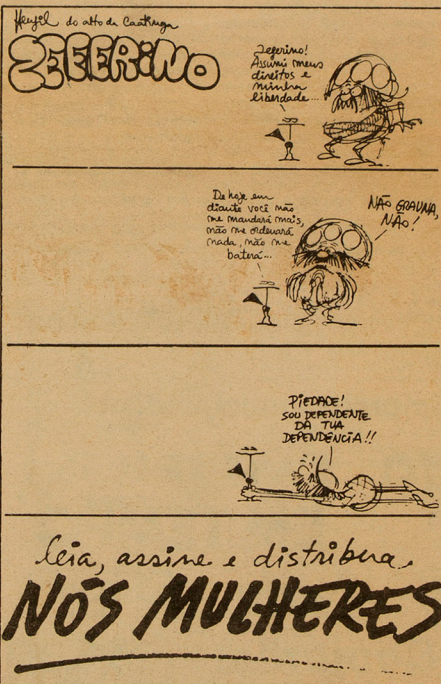
O próprio delegado de polícia afirmou que não existe nenhuma lei obrigando a realização dos exames médicos. "Entretanto", continua o delegado, "como as casas de tolerância são um mal necessário, nós, assim procedendo, isto é, exigindo os exames, protegemos a saúde das mulheres e dos frequentadores de suas casas".

Se é um mal, senhor delegado, porque é necessário? Não será porque os homens, incentivados a liberar seus instintos sexuais, têm que encontrar parceiras para tal? E, evidentemente estas parceiras só podem ser prostitutas - sem alternativa a não ser vender o próprio corpo - já, que o resto das mulheres deve preservar seus instintos para o casamento (será que é por isso que vivemos dizendo que nós mulheres estamos sempre desesperadas para casar?)

E tem mais. O senhor delegado tem um emprego melhor e mais digno para oferecer a elas? Pra que então dificultar ainda mais a sua vida com o pretexto de "protegê-las"? Não parece que elas estejam gostando muito desta "proteção"? Prova disso é que começaram a reclamar...



Quantas mães ganharam presentes do Shopping Center Ibirapuera?



A mulher conservadora em 1964.

Página 4.

Mulher no Sindicato. Departamento Feminino?

Página 9.

CLT em ano eleitoral

O projeto de lei que reformula o capítulo III da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), referente ao trabalho da mulher, foi retirado do Congresso Nacional da mesma forma que entrou: por iniciativa do governo federal. A medida teria sido tomada tendo em vista a crescente mobilização de amplos setores profissionais contrários às alterações. Portanto, a retirada do projeto correspondeu a uma vitória daqueles que, em nosso país, lutam para que a aprovação ou revogação de leis não fique por conta de meia dúzia de pessoas.

Ao que tudo indica, entretanto, esta vitória é parcial. Estamos num ano eleitoral e seria bastante constrangedor que os deputados e senadores arenistas aprovassem um projeto anti-popular como este. Não é difícil, portanto, que depois das eleições de novembro o projeto volte ao Congresso, onde os arenistas, paucamente, onde os arenistas, poderão contar com o reforço dos senadores "biónicos".

Quanto aos abaixo-assinados reivindicando a retirada do projeto, e que seriam entregues em Brasília por uma comissão composta de cinco trabalhadores e outros membros do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, um dos diretores do Sindicato esclareceu: "Estão bem guardados; e se depois de novembro o projeto voltar ao Congresso, levaremos adiante a iniciativa".

EDITORIAL

1978. Alguma coisa está mudando.

É verdade que as mulheres sempre estiveram presentes na história; mas foram mantidas nos bastidores. Entretanto, as mudanças nas condições históricas trouxeram a necessidade da participação direta da mulher na produção, marcando a sua presença no cenário das lutas sociais. Hoje, esse é um fato visível. Em nosso país, as mulheres não só participam ao lado dos homens na conquista da democracia, como também, e isso é novo, dão a essa luta uma outra dimensão, reivindicando seus direitos enquanto mulheres.

Mas não apenas as mulheres. Na luta por melhores condições de vida e trabalho, surgem movimentos específicos de setores diversos da população. Os negros organizam-se pelo fim da discriminação racial; os índios defendem o direito de viver em suas terras; os homossexuais fazem-se reconhecer através de um jornal. Cada vez mais, discute-se a família, a moral, a sexualidade, a condição dos velhos e a educação das crianças. Os movimentos ecológicos vêm alertar contra violência e a devastação da natureza.

Esses fatos estão aí, basta abrir os olhos para vê-los. Cabe perguntar sobre o seu significado.

Uma coisa parece clara e a história é quem se encarrega de nos mostrar: a transformação das estruturas econômicas e sociais não é suficiente para a libertação de homens e mulheres. Se ela é, sem dúvida, a condição necessária de qualquer revolução, ela, por si só, não garante a transformação de todos os níveis da existência humana. Mesmo

nos países socialistas restam muitas questões a serem resolvidas. A questão da democracia não é um problema solucionado nem sequer nesses países. É parte implícita de qualquer revolução democrática o fim de todo e qualquer tipo de discriminação.

Alguns dirão que, para aqueles que sentem fome e frio, a questão econômica é a única (ou a mais) premente. Concordamos. No entanto, isso não invalida o argumento de que a batalha deve ser travada em todos os campos. Seria negar o grande desafio que nos é colocado: a transformação da sociedade envolve mudanças profundas no pensamento, na arte e nas relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres.

Se fazer política significa deixar que o "individual" se mantenha fragmentado, separado do "social" e esquecer que somos homens, mulheres, velhos, crianças, negros, brancos ou índios, com os problemas específicos dessa diversidade de condições, então, certamente resultará daí apenas uma mudança parcial, nunca uma verdadeira revolução.

O feminismo aparece dentro dessa nova concepção de política.

Se as idéias feministas ainda não conseguiram uma organicidade que permita às mulheres atuar como um movimento social organizado, alguns passos importantes já foram dados. Pela primeira vez, em nosso país, as forças democráticas incluem em seu programa político as reivindicações das mulheres e preocupam-se com a sua participação efetiva. Nos sindicatos o mesmo acontece.

A questão principal é, então, como manter a auto-

nomia da organização das mulheres democratas, enquanto um movimento social específico, garantindo que ela seja incorporada à luta pela democracia, não de forma isolada, mas como parte implícita dessa luta.

E com essa problemática que nos defrontamos.

Sabemos que levar adiante essa briga depende de nós. Se a relação entre os grupos de mulheres e as forças políticas democráticas é ainda pouco definida pela incipiente organização de ambos os lados, a tentativa de articular os grupos de mulheres entre si é, hoje, um fato. No dia 8 de março deste ano, os grupos de mulheres de São Paulo comprometeram-se com a assinatura de um documento (*) que define as suas reivindicações fundamentais. Esse documento foi resultado de uma discussão anterior realizada a 4 de março, englobando os principais temas referentes à mulher: trabalho, comunidade, família e política. A partir daí, formou-se uma Comissão Pró-Coordenadoria dos Grupos de Mulheres de São Paulo, que pretende encaminhar a luta pelas reivindicações definidas no documento.

Essa Coordenadoria será a forma de dar unidade ao trabalho das mulheres, funcionando como uma frente democrática, onde cada grupo mantém a sua autonomia e une-se aos outros em atividades comuns. Acreditamos que, apesar das dificuldades, essa é, hoje, a única forma de avançar na organização do movimento específico das mulheres.

(*) O jornal Brasil Mulher publicou um encarte especial com os documentos. Nós podemos também enviar cópias por carta.

CARTAS

As companheiras de "Nós Mulheres".

Interessadas pelas lutas de mulheres no Brasil (...) montamos um grupo de discussões, que faz parte do Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Neste primeiro momento, tentativa de identificação de problemas e de questões, os jornais Nós Mulheres e Brasil Mulher são as nossas principais fontes de informação e contato. (...)

Nos editoriais, Nós Mulheres apresenta os objetivos que pretende atingir, e através deles que procuraremos agrupar e organizar nossas questões:

1) um jornal que trate das questões de interesse da grande maioria das mulheres brasileiras, tem vários problemas a enfrentar:

a) um grande espaço foi aberto para os temas voltados para as condições de vida e de trabalho das trabalhadoras brasileiras. Se faz parte das lutas das mulheres, se interessa ativamente pelos problemas gerais do trabalho (...) é também indispensável uma abordagem da questão do ponto de vista especificamente das mulheres. Os problemas se apresentam sempre duplamente: sob o aspecto geral e sob o aspecto "específico" das mulheres. E é esse segundo que faz falta, muitas vezes. O exemplo mais significativo é o artigo sobre "Direitos das Mulheres", que trata mais que nada do FGTS (nº 4). Em outros artigos essa síntese é bastante boa.

b) Enfrenta-se também o problema de dar uma "outra" abordagem às inúmeras questões que representam tabus, tais como a prostituição, educação sexual... e sofre as consequências deste pioneirismo: várias vezes os artigos são tímidos e sente-se o vacilo da máquina com medo de avançar demais.

c) Sabemos que o jornal se propõe a atingir as mais amplas camadas de mulheres. Sentimos falta, mesmo assim, da presença de artigos que, vez por outra visem aquela parcela de mulheres, que já tem maior familiaridade com a discussão dos temas, em particular com as questões referentes ao feminismo.

Por outro lado, gostaríamos de saber se o jornal conseguiu estabelecer laços com seu público, abrindo caminho para ser um jornal deste público e não somente dirigido a ele.

2) a abordagem das lutas gerais da sociedade nos parece fundamental, sobretudo

quando pensamos a questão da opressão das mulheres e seus vínculos com a opressão "geral"; e a conservação da primeira subordinada à conservação da segunda. Trazer o debate sobre as questões econômicas e políticas mais gerais faz parte da luta. E mais: é claro que a falta de liberdade de organização e expressão impede o desenvolvimento da luta das mulheres. Os textos tentam, numa linguagem simples, colocar os principais elementos de compreensão dos problemas, no que é bem sucedido. Mas a preocupação "didática" num certo momento se contrapõe à "problematização" das questões debatidas. Quando falamos em "problematização", pensamos aqui numa forma aberta de debater questões, para as quais não existe sempre uma única resposta.

3) As discussões de fundo sobre as concepções de feminismo: por que o jornal não se faz uma tribuna que trate destas questões de forma polêmica? Sentimos algumas lacunas: a) Não se manifesta o interesse pela mulher enquanto elemento de transmissão - de reprodução dos comportamentos sociais. (...) b) O jornal não se mostra preocupado em discutir a questão da organização das mulheres, no sentido de avançar propostas. O que ela faz e dar a maior divulgação possível as formas de organização já existentes. (...) Será que esta questão não é, em absoluto uma preocupação de vocês ou vocês estimam que não é oportuno nem maduro avançar nesta questão agora? (...)

Para vocês o nosso apoio. Gostaríamos de sempre manter contato com vocês e esperamos de nós todo o apoio.

Sub-Grupo do Círculo

A carta de vocês agitou nossas cabeças. Há tempo vi-nhamos pensando nisso. É esse debate que nos interessa e estimula. Vamos continuá-lo. Segue carta.

NÓS MULHERES

Conselho Editorial

Cida Aida
Cynthia Sarti
Janay Raschkovsky
Lia Zatz

Maria Inês Castilho

Maria Moraes

Marli Gonçalves

Rita De Luca

Solange Padilha

Susana Camargo

Colaboradores

Ana Maria Estevão

Carolina Macedo

Claudio Kahns

Conceição Cabu

Henfil

Jan Rocha

Mariana F.M. Monteiro

Renata Villas-Boas

Ruth Tegen

Wanda Caldeira Brant

Diagramação: Alfredo Nastari

Jornalista Responsável:

Luis Antonio do Nascimento

Redação e Administração

Rua Fidalgos, 518, sala 26, Vila

Madalena, São Paulo, SP

Composição e Impressão

PAT Publicações e Assistência

Técnica Ltda., Rua Dr.

Virgílio de Garvalho Pinto, 412.

NÓS MULHERES é uma publicação da Associação das Mulheres

Adelia Prado, poeta mineira, escreveu "Ensinamento", em seu livro **Bagagem**:

Minha mãe achava estudo
a coisa mais fina do mundo
Não é.

A coisa mais fina do mundo é o sentimento.
Aquele dia de noite, o pai fazendo ser,

ela falou comigo:

"Contado, até essa hora no serviço pesado."
Arrumou pão e café, deixou tacho
no fogo com água quente. Não me falou
em amor. Essa palavra de luxo.

Por uma imprensa independente

DE FATO **IPASQUIM**
REPORTER **EM TEMPO**

TOURNEIRO *beijo* **amanhã**

Coojornal **Varadouro**

LAMPILAO **BRASIL MULHER**

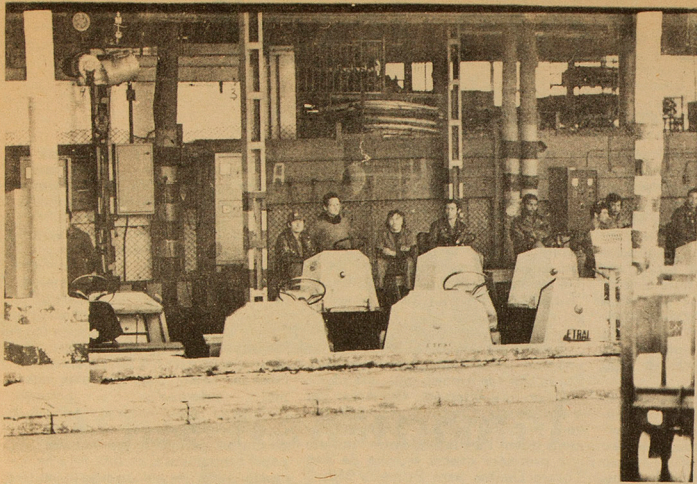
Bagagem O TRABALHO **UAI**

VERSUS MOVIMENTO

**CENSURA
PRÉVIA**

O São Paulo Movimento
Tribuna da Imprensa

Nós, jornalistas e leitores,
denunciamos.



Operários da Mercedes Benz em greve.

10 anos depois as máquinas param

Dez anos depois das paralizações dos metalúrgicos de Osasco, o movimento sindical paulista retoma o seu fôlego, reconstruindo suas lideranças e sua tradicional combatividade. Em julho de 68, a forma encontrada pelos trabalhadores para garantir a boa condução do movimento e um acordo satisfatório foi através da ocupação de algumas fábricas. Dessa maneira evitavam a violência policial, impedindo a prisão dos grevistas. Hoje, dez anos depois, a atitude policial é bem mais cautelosa, e mesmo os empresários, como que tomados de um medo do alastramento do movimento grevista, procuram os trabalhadores e os Sindicatos para dialogar.

Mas essa história de "diálogo" com os empresários é do mesmo que conversa de surdos: quando os Sindicatos do

ABC procuraram os patrões para discutir o erro da correção salarial de 1973 - usando como argumento um estudo do Ministro Mário Simonsen confirmando a diferença de 13% no reajuste daquele ano - estes recorreram à intermediação do Estado e seus tribunais, que negaram a justa reivindicação dos trabalhadores.

A greve dos metalúrgicos do ABC é consequência de todas essas tentativas frustradas de melhorar seu padrão de vida por meios institucionais. Se o Tribunal Regional do Trabalho julgou a greve ilegal por 15 votos a 1, ninguém poderá negar sua legitimidade, pois é o resultado de anos e anos de uma política salarial que só convém aos patrões, em detrimento dos trabalhadores.

A reivindicação central dos

mais de 40 mil grevistas é de um aumento de 20% nos salários, além dos 39% concedidos no reajuste oficial do mês de abril. Os trabalhadores da Phillips exigem também que os salários das mulheres sejam equiparados aos dos homens, quando as funções forem as mesmas.

A importância do movimento pode ser sentida pelas proibições das rádios e televisões, impedidas de fazer qualquer comentário a respeito das greves e do grande apoio das centrais sindicais americanas e europeias, que preocupam autoridades do governo brasileiro. Outro dado é a mudança de linguagem de alguns presidentes de Sindicatos e conhecidos pelegos que nunca acreditaram na capacidade dos operários de lutarem por seus direitos.

FALARAM

"Nós somos maioria e não podemos nos permitir ser tratados como minoria. Este é um princípio democrático, e temos que lutar para chegar a nos impor como maioria. O sindicato está à espera de todos para essa briga, que também é de todos, mesmo que para isso tenham que sacrificar seu emprego, sua família, e porque não dizer, suas vidas" (Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo).

"Sou a favor do Estado de Direito, da anistia, do fim das leis de arbitrio e pela democracia. Na minha opinião, democracia é democracia, não tem e não comporta adjetivos. Ou é ou não é. Considero as eleições indiretas altamente elitistas e é óbvio que sou a favor das diretas". (General Euler Bentes, provável candidato à Presidência pelo MDB).

Custo de vida: aumentando sempre

Um pãozinho a Cr\$ 0,90. O litro de leite C a Cr\$ 4,70, de leite B a Cr\$ 10,00; sintomas de crescimento do custo de vida em São Paulo, que de 1940 a 1978 foi de 1.091.505%. Este é um dos resultados de um estudo sobre o salário mínimo realizado pelo Dieese. O estudo mostra ainda que para que o mínimo atual pudesse comprar o que comprava em 1940, ele deveria ser de Cr\$ 2.041,53. Por este mesmo estudo, uma família de 4 pessoas deveria gastar só na alimentação mínima necessária Cr\$ 2.036,25, ou seja, mesmo com este aumento o salário mínimo não seria suficiente. Ele precisaria ser, calculados os gastos totais desta família, de Cr\$ 4.233,37. Mas, ressalta o estudo "se o salário mínimo tivesse acompanhado integralmente a taxa de crescimento econômico do país, ele seria hoje de Cr\$ 10.051,12".



No próximo mês de agosto terá lugar em Belo Horizonte (de dia 4 a 6), o III Encontro Nacional das Empregadas Domésticas, organizado pelas Associações de São Paulo, Piracicaba, Recife, Belo Horizonte, Rio, Uberaba e Uberlândia. Na foto, a presidente das Empregadas Domésticas de São Paulo, Isabel Cleto de Sousa, durante o ciclo de cinema organizado pelo grupo de cinema da Associação das Mulheres, Jornal Brasil-Mulher e Centro da Mulher, no auditorio da Empresa.

Copa 78

Em junho, centenas de milhões de pessoas em todo o mundo estarão de olhos e ouvidos grudados na Argentina: é a Copa do Mundo. Para as entidades internacionais de direitos humanos, no entanto, a Argentina merece a atenção mundial não por causa da Copa, mas pela repressão sem piedade que fez do país um imenso campo de batalha cheio de mortos, feridos e orfãos.

A "Anistia Internacional", organização com sede em Londres, que se dedica à defesa de presos políticos em todo o mundo, acaba de lançar uma campanha mundial contra a repressão na Argentina. Ela calcula que há 10.000 mortos e 15.000 desaparecidos - não apenas guerrilheiros de esquerda, como prega o sistema de propaganda Junta a Militar, mas sindicalistas, estudantes, psiquiatras, professores, jornalistas, advogados, cientistas.

A Anistia relata casos de tortura, morte e brutalidade. O próprio governo argentino, apesar de empregar uma agência americana de relações públicas para proteger

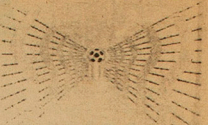
Com o povo ou com o poder?

"O compromisso da assistente social é com o povo ou com o poder?" Assim Luiza Erundina de Souza, presidente da APAASP (Associação Profissional das Assistentes Sociais de São Paulo) questionou o papel da assistente social nos debates promovidos pela entidade e realizados no auditorio do Tuquinha, dia 11 de Maio.

Somente na Grande São Paulo existem 7000 profissionais - na maioria mulheres - e a APAASP já conta com 700 assistentes sociais inscritos. A entidade existe desde 1963, mas só agora com nova diretoria se propõe a reorganizar a categoria, com novo programa.

Na comemoração ao "Dia da Assistente Social", no Tuquinha, participaram mais de 500 profissionais e estudantes de várias áreas do serviço social (empresa, comunidade, saúde e ensino). O objetivo do encontro, além de comemorar a data, segundo uma das participantes do Encontro, era o de "iniciar um processo de reflexão da classe, no sentido de tomar consciência do que somos, que implicações e compromissos temos". No final do simpósio, a presidente da APAASP, resumi os quatro pontos básicos que norteiam a nova linha da entidade: 1 - Defesa do nível de vida do profissional e por melhores condições de trabalho; 2 - Melhoria do nível de ensino na formação profissional; 3 - Unificação, fortalecimento e democracia dentro da Associação; 4 - Liberdade de organização, expressão e manifestação.

CONTRE LA DICTATURE EN ARGENTINE
BOYCOTT DE LA COUPE DU MONDE 78



PAS DE FOOTBALL
ENTRE LES CAMPS ET FOOTBALLISTES
O selo suíço do boicote.

sua imagem, não tem negado a verdade sobre o que acontece no país. Já em 1975, o general Jorge Videla disse: "morrerão na Argentina quantas pessoas forem necessárias para restaurar a ordem".

De acordo com os refugiados - 800 já receberam asilo em países europeus, mas eles continuam a chegar, também em grande quantidade, ao Brasil - os desaparecidos foram levados a lugares secretos que são verdadeiros campos de concentração. Encapuçados, amarrados, sem tomar banho, semi-nus, torturados, muitos morreram ou enlouqueceram.

Nessa campanha mundial, a Anistia espera acordar a consciência do mundo para o que acontece não nos campos de futebol argentinos, mas em seus campos de concentração.

O interesse em estudar a mulher

O concurso de bolsas de estudo sobre a Mulher promovido pela Fundação Carlos Chagas, aprovou nos primeiros dias de Maio, 20 entre 147 projetos enviados de todo o Brasil. Deveriam ser aprovados 10 pesquisas, por isso, muitos projetos tiveram suas verbas cortadas pela metade, o que certamente prejudicará a qualidade de algumas destas pesquisas. Há de se louvar, porém, essa iniciativa das pesquisadoras da Fundação, pois inexistem em nosso país instituições que ofereçam bolsas ou ajuda a pesquisadoras sobre aquele tema.

Três, dentre os projetos aprovados, foram elaborados por membros de nosso jornal: "A Imprensa Feminina no Brasil Contemporâneo"; "A Consciência da Dupla Opressão da Região do ABC" e "A Análise da Dupla Opressão da Mulher Dona de Casa das Classes Trabalhadoras dos Clubes de Mães de Osasco".

Ficamos muito contentes também em encontrar dentre os nomes aprovados, duas colaboradoras nossas: Telma Camargo da Silva, de Goiás, e Selene Herculanô dos Santos, do Rio de Janeiro. Um outro projeto, relativo a situação das creches, será realizado pela equipe do Centro da Mulher de São Paulo e, algumas das escolhidas como Miriam Moreira Leite, Heleith Safiotti e Branca Moreira Alves já tem seus trabalhos reconhecidos.

Para julho está programado um encontro para discussões sobre os trabalhos de todas as pesquisadoras.

E Deus com isso?

Na marcha de 1964: a força política da mulher do lado de lá.

Para os que hoje ainda não têm vinte anos, 1964 pode não significar muito. Mas os mais velhos e de boa memória recordam-se das promessas que aquele ano oferecia. Os jornais da época estão aí para provar: o movimento popular avançava na conquista de maior democracia, exigindo que o governo realizasse uma série de reformas que garantissem melhores condições de vida e trabalho para o povo brasileiro.

No comício do dia 13 de Março de 1964, que reuniu milhares de pessoas, o então presidente da República João Goulart anunciava a decisão de levar adiante as reformas — inclusive a reforma agrária — e alertava para “a reação das forças conservadoras que, em nome da democracia, querem impingir-nos uma democracia anti-povo, do anti-sindicato, da anti-reforma, ou seja, aquela que melhor atenda aos interesses dos grupos a que eles servem e representam”. E que “a democracia que eles querem é a democracia dos monopólios privados nacionais e estrangeiros, é a democracia que luta contra os governos populares” (O Estado de São Paulo, 14/3/1964).

Os fatos provaram que as previsões de Jango eram corretas. A partir do dia 13 de Março, a conspiração caminha rapidamente. E muitas mulheres, usadas pelas forças políticas da direita, engrossaram, quando não encabeçaram as manifestações de rua contra Goulart e a bandeira das reformas. Mulheres nas ruas. De que lado?

A mobilização das mulheres a partir de 1962 pode parecer, para aqueles que

desconhecem a história, um grande momento dentro da luta das mulheres. Afinal, várias organizações de mulheres nos Estados mais importantes, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros, surgiram naquele ano. Só que não apareciam para lutar pelos direitos da mulher: sua tarefa era contrapor-se a qualquer mudança de caráter popular. Por isso, não via muito a história do MAF (Movimento de Arregimentação Feminina), da UCF (União Cívica Feminina) e da CAMDE. A palavra a uma de suas líderes:

“Sou neta, sobrinha, irmã e mulher de general”. Eis como começa o depoimento de Amélia Molina Bastos, professora primária aposentada, fundadora e presidente da CAMDE — Campanha da Mulher pela Democracia — que, por ironia, tem nome oposto aos seus objetivos. “A CAMDE foi fundada aqui nesta casa que você está vendo, aqui nesta sala. Meu irmão, Antonio Mendonça Molina, vinha há muito tempo trabalhando no Serviço Secreto do Exército contra os comunistas. Nesse dia, 12 de Junho de 1962, eu tinha reunido aqui alguns vizinhos, 22 famílias ao todo. Era parte de um trabalho meu para a Paróquia Nossa Senhora da Paz. Nesse dia o vigário disse assim: — Mas a coisa está muito preta. Isso tudo não adianta nada porque a coisa está muito ruim e eu acho que se as mulheres não se meterem nós estamos perdidos”.

“A mulher deve ser obediente. Ela é intuitiva, enquanto o homem é objeti-

vo? Acostumada a ouvir tais afirmações, as mulheres dificilmente conseguem pensar com autonomia. Passam a ser meras executoras das ordens do marido, dos irmãos. E dos vigários. No momento em que todos esses homens, reunidos na casa de D. Amélia, decidiram que era necessária a participação das mulheres, ela também se decidiu: “Eu, como so muito católica, pensei logo: comunismo-ateísmo. Então eu tenho que defender a Igreja”.

E ainda D. Amélia quem fala: “No princípio nós não sabíamos o que fazer. Então eles (os irmãos, pais, maridos e vigários) nos disseram: Comecem por ir aos jornais. Contra o que vocês podem protestar agora? “Eram os homens quem lhes informavam: tinham que protestar contra escolha de San Thiago Dantas para Primeiro Ministro. Para os outros dias, novas ordens foram dadas. E sempre com o devido apoio material: “Fomos às firmas. Elas têm confiança na CAMDE e dão (dinheiro)”. Precisa-se das mulheres.

As mulheres representam um enorme potencial político: se por outra razão não fosse, basta lembrar que são metade do eleitorado. E em 1964, ao mesmo tempo em que as mulheres realmente democratas não estavam organizadas na defesa das conquistas populares, as forças conservadoras conseguiram mobilizar uma parcela considerável da população feminina “em defesa de Deus” e “contra a subversão”.

Se as mulheres das classes dominan-

tes tinham motivos para se organiza-

rem, pois temiam o movimento de massas e as reformas, a grande maioria foi manipulada e enganada. Muitas nem sabem porque participaram da marcha da Família, com Deus pela Liberdade, que foi o ponto alto da organização conservadora das mulheres.

Os usos e costumes que as mulheres têm como tarefa transmitir nessa sociedade, são valores contrários às idéias de mudanças ou transformações, o que as leva a uma atuação profundamente conservadora. Suas funções, geralmente restritas à esfera doméstica, fazem com que elas sejam mal informadas e portanto, facilmente manipuláveis. Apenas a consciência da opressão social e sexual da mulher permitirá que ela tenha um papel fundamental na luta pela democracia. 1964 nos ensina essa lição. As forças golpistas de 1964 usaram do terço como escudo para defender o grande capital, contra os interesses dos trabalhadores e os fatos provaram como é fácil reunir massas de mulheres sob o pretexto de que a família e a religião estão sendo ameaçadas pelos comunistas. Hoje, 14 anos depois, as mulheres vêm conquistando a sua autonomia e organizando-se na luta por uma democracia que sirva aos interesses das camadas trabalhadoras da população. Entretanto, continuam existindo aqueles que querem manter os seus privilégios. Entre eles, mulheres.

(1) trechos do depoimento de D. Amélia Molina Bastos in **A mulher no Brasil**, June Hahner, Ed. Civilização Brasileira, 1978



As mulheres tiveram papel decisivo na marcha que deflagrou a queda do governo de João Goulart, e a instalação do governo militar.

DEPOIMENTO



As duas filhas de Branca Alves, na semana seguinte à sua morte.

“Eu me transformei com a Igreja”

A vida de Branca Alves, mãe do deputado cassado Márcio Moreira Alves, lembrada por suas filhas.

No dia 6 de Maio passado, morreu no Rio de Janeiro em consequência de um acidente de carro, Branca de Mello Franco Alves, militante do Movimento de Renovação Cristã. Além de denunciar torturas e arbitrariedades do governo brasileiro, era também mãe de Márcio Moreira Alves, ex-deputado estadual (MDB) pelo Rio de Janeiro, cassado em 1968 e hoje exilado em Portugal. Márcio ficou conhecido por seu discurso na Câmara, cujo impacto foi uma das causas do Ato Institucional nº 5. Ela morreu afastada de seu filho, justamente no momento em que os presos políticos de todo o Brasil se mobilizavam em greve de fome em solidariedade aos presos de Itamaracá, que há vários anos lutam para romper o isolamento em que vivem. A situação criada por esse drama familiar acrescentou um novo elemento à luta pela Anistia. O Movimento Feminino pela Anistia, a União de Mães Brasileiras e

o Centro da Mulher Brasileira e esboçaram a “Mãe do Ano”.

Nos Mulheres publicas aqui os depoimentos de suas duas filhas, Branca, socióloga e feminista e Maria Helena, socióloga.

Branca: Acho que podemos começar dando um histórico do que sentimos com a morte lenta de mamãe, e a ausência de Márcio durante esse mês de sofrimento. O peso do exílio que carregávamos com menos desespero, por causa de nossa condição de classe, se dramatizou com o acidente de mamãe. Esse drama, que é pessoal, é também símbolo de um drama coletivo. Foi por isso que, numa madrugada de desespero, pensando que ela fosse morrer, Maria Helena, e eu escrevemos uma carta pública, que não tinha, nem de longe, a intenção de pedir qualquer favor. Não pedíamos exceção. Nosso irmão só voltará quando voltarem todos os banidos, quando estiverem soltos todos

os presos e houver sido restituído o Estado de Direito no Brasil. Fazíamos um apelo ao povo brasileiro pela união e pela Anistia. Márcio nos escreveu dizendo uma coisa que achei muito bonita: “A ditadura não se pede, a ditadura derruba-se”. Ele também disse que nossa carta era uma maneira de usar nosso privilégio de classe, pois se fosse a mãe de um João da Silva exilado, a imprensa não teria dado a mesma divulgação. Mamãe era um membro da aristocracia, tinha acesso aos palácios e aos deputados. Sua palavra chegava até ao Papa. E ela usava isso para a luta. Aliás, a transformação por que ela passou foi realmente incrível. Em 64 marchou com Deus pela Família e em 68 correu dos cavalos da polícia na Candelária.

Maria Helena: Foi depois da missa pela morte de Edson Luis, quando houve a correria, todo mundo querendo entrar na igreja.

Branca: Mamãe representa toda uma transformação, que muita gente interpreta como causada pelo Márcio. Não foi. Ela ficava danada quando diziam isso: “Eu não sou tão limitada assim, que só possa me transformar por causa de meu filho. Eu me transformei com a Igreja Pós-Conciliar”. E foi assim, o Concílio do Vaticano de 63 transformou-a de menina do Sion em uma mulher progressista. Quando houve a cassação de Márcio, ela já estava transformada. Em 64 ela começava a se abrir e a gente tem de entender que muitos que participaram daquela marcha não tinham consciência política, achavam que vinha a democracia. Com todo o peso da formação que ela sofreu, como outras pessoas que também participaram, o Jango era o símbolo do Stalinismo... em 64, participou da marcha errada, o que ela mesma reconheceu depois. Márcio influenciou, mas na verdade fomos mudando todos.

Maria Helena: Ela participou de muitas denúncias de torturas, mesmo antes de 68.

Branca: E temos de entender que ela tinha sido educada por tias velhas, de mentalidade escravocrata. Nós duas ainda conhecemos os colonos velhos, que quando tinhamos 10 anos, nos chamavam de patroinhas e olhavam para o chão.

Maria Helena: Antes mesmo de lá morrer, me dizia no caminho da fazenda: “Eu sou sinhá, sempre vou ser sinhá. Não consigo deixar de ser, mas acho errado”.

Branca: No Natal distribuía presentes, dava salário família mas os colonos, a diferença de classe, estava lá. Ela dizia: “Ajudo como posso e aceito o socialismo. Não me acostumaria a viver em um regime socialista, mas se vier esse regime, vocês vão ser muito felizes”. Ela tinha consciência de suas limitações.

Maria Helena: Espero que venha depois que eu morra, pois não poderia viver sem empregados”, dizia.

Branca: Era um personagem muito complexo, e quando pensava na sua raiz aristocrata falava: “às vezes penso que sou um dinossauro”. Mas as famílias dos presos políticos vieram no enterro dela. A mãe da Norma Sá Pereira nos disse que elas (as presas políticas de Bangü, internadas no hospital militar em consequência das greves de fome), nos mandavam um abraço.

Maria Helena: Os presos também, e por isso eu quis retribuir a solidariedade conosco e com o Márcio, dando uma daquelas 5 rosas que ele tinha mandado de Portugal. Eu entreguei uma flor para o Comitê de Anistia e disse que gostaria que isso ficasse com eles “Nos faremos disso um símbolo”, respondeu.

Branca: No momento a gente tem de fazer uma grande frente pela Anistia. Temos de juntar todas as forças, de Sobral Pinto às forças mais progressistas, para não rotular ninguém. É momento de unir forças, mesmo dentro do exército. É a única forma de pressão. Enquanto feministas, a gente ingressa na luta pela Anistia nos organizando, o que está muito difícil, mas... Temos de organizar as mulheres, essa massa tão conformista, para que lutem por seus direitos. Dessa forma a gente vai participando da luta geral. Denunciando, debatendo, nos juntando aos outros, em uma frente. Mesmo com todas as dificuldades, temos de crescer como organização de mulheres, temos de nos manter como grupo organizado. E é claro, quando formos 500 organizadas, faremos uma marcha na rua...

PRESAS POLÍTICAS

Uma nova história será contada

Esse ano, o dia Internacional da Mulher representou para nós, grupos organizados de mulheres, um esforço de reunir os setores mais representativos dos que hoje lutam pela democracia. Muitas moções nos foram enviadas e dentre elas, os textos e poesias das presas políticas Jessie Jane, Norma Sá Pereira e Rosalice Fernandes do Rio de Janeiro que publicamos abaixo.

“Já faz 14 anos. Tem sido uma velha história onde, por longo tempo dispersos, fomos personagens de tragédia fornecendo apenas a tinta de nosso sangue e suor. O enredo era traçado de cima e de fora. Mas fizemos nosso aprendizado e começamos a atingir a maioridade. Dramático mesmo era aquela perplexidade de criança perdida, dramático mesmo é o sofrimento do

qual se ignora as causas. Hoje os personagens criam vida e vontade própria, se unem, confiantes no poder de interferir no seu próprio destino.

E quando as mulheres se juntam aos homens para improvisar as falas, elas, cuja iniciativa e vontade própria são especialmente tolhidas, a gente sabe que uma nova história será contada.

É preciso ouvir a mulher para conhecer a opressão patriarcal da sociedade. É preciso ouvir o negro para se dimensionar o papel do racismo. É preciso que todos trabalhadores falem para se conhecer a exploração. Pois cada um, abrindo os olhos para o mundo, descobrirá nele facetas só perceptíveis do fundo de sua própria condição. E juntos descortinarão o horizonte.

De nós mulheres depende o destino de nossos irmãos, ma-

ridos e filhos, depende o nosso próprio destino. Que o dia 8 de março de 78, Dia Internacional da Mulher, seja uma comemoração e um compromisso”.

Presas Políticas - Bangü
Jessie Jane - Norma - Rosalice

Prendas Domésticas

Tanque de roupa,
seis filhos,
companheiro operário
as peças da máquina:
Não tem hora,
não tem dia,
não tem férias,
não tem salário,
não tem liberdade,
não tem direitos,
só deveres
de ser milagrosa,
multiplicar as horas
para bem servir.
Criar os filhos
Satisfazer o macho.
Descobre,
porque seu homem ganha tão

pouco, morre no andaime,
trabalha dobrado,
ganha minguido,
Sai do silêncio,
grita a injustiça,
clama pelo amor.

Force que seu homem
segure sua mão
e juntos exijam
seu pedaço de mundo.

De posse dele
juntem-se aos outros
e construam um novo.

Rosalice / fevereiro de 78

Homenagem ao Congresso de Mulheres Metalúrgicas

Mulher
que sai em busca do salário,
do sustento, da vida.
É preciso te cantar num
poema que seja simples
como teu falar e complexo
como teu caminhar.
Mulher
marcada pelas noites mal
dormidas, envelhecida pela
máquina, amedrontada pela
rotatividade
condenada ao silêncio,
Mulher

nunca amante, acuada pelos
censores da moral patriarcal,
Parideira profissional,
escrava do capital. Feia ou
bela um objeto a mais.

Mulher
de riso contido silenciosa,
acorda às cinco como de
mammita, mas tem andar
seguro na busca da vida.

Mulher
que cozinha, lava,
passa, costura,
educa as novas gerações.

Mulher
ao lado do teu homem
poderá cobrar tuas
noites mal dormidas, tua
beleza embrutecida, Você
outra metade da humanidade
que constrói, labuta,
de você depende esta luta,
o sorriso de teu filho,
do teu homem, teu.

Mulher
consciente que constrói
riquezas.
Explorada - mais valia.
A você dedico este poema
tão simples como teu falar,
Jessie Jane



"Mamãe, me como é o l

**Brasileiras no exílio contam o sofrimento dos lor
esperam, atentas, o momento da**

Trabalhando em profissões diferentes, vivendo sua adaptação ao exílio de formas diferentes, estas mulheres no exílio têm no entanto um ponto em comum: a saudade imensa do Brasil e o desejo da volta. Nanci Marietto, solteira, e enfermeira em um grande hospital público em Roma; Ruth Tegen, casada, três filhos, e jornalista e vive em Bruxelas; Maria Sueli Peres e professora e tem uma filha; Monica tem 17 anos e é estudante.

NM entrevistou essas mulheres e ficou conhecendo um pouco de suas vidas. Elas nos falaram de suas experiências, de algumas lembranças amargas e sobretudo da saudade de nossa terra. Procurando adaptar-se às durezas de do exílio em países tão diferentes do nosso, acompanham de longe toda a movimentação feita hoje aqui pela anistia ampla e irrestrita, que lhes possibilitará o retorno à pátria amada e distante.

Quando saiu do Brasil? Quais os motivos que a levaram a deixar o país?

Nanci: Sai do Brasil por razão política, depois de haver esperado três anos por julgamento que culminou com uma inesperada condenação. Depois das seis prisões que sofri em 69 tive que mudar de vida, abandonar os estudos, os amigos, a cidade onde nasci. Minha sobrevivência se tornava cada vez mais difícil. Tudo isso agravado por consequências físicas e psíquicas das torturas que me deixavam num estado permanente de insegurança e medo de enfrentar novas situações.

Ruth: Foi em setembro de 1971 que sai do Brasil. Dolorosa sensação de partir, uma sensação terrível de deixar toda uma vida atrás de mim. Grávida de 3 meses, era insuportável pensar que meu filho nasceria em terra estranha. Meu marido havia saído há poucos meses da prisão e chegamos à conclusão de que seria impossível, naquele momento, levar uma vida normal. As prisões arbitrárias se haviam tornado rotina, a tortura um instrumento de trabalho. Os dias eram só pesadelo e as noites vigília constante.

Maria Sueli: Estou com o pé no mundo já faz bem uns 7 anos, 7 séculos, 7 dias... So... com meu desejo doído de viver a liberdade na terra que me fez. Em 1972, nessa minha terra quente, as águas não estavam para peixe! Sobretudo para peixe que não gosta de tubarão! Em 1972, a morte rondava a casa dos que não se conformaram com a tirania. A prisão e a tortura eram o destino certos que ousavam denunciar-la. Assim, em 72 botei minha ossadia no bolso e fui bater em outra parte.

Monica: Deixei o Brasil aos 10 anos de idade, para me encontrar com meus pais no Chile.

Quais os fatos mais marcáveis dessa saída?

Ruth: Lembro-me de um fato que pode dar bem toda a dimensão da angústia e insegurança em que vivíamos. Acabamos de atravessar um túnel na Cordilheira dos Andes quando demos com um estado permanente de insegurança e medo de enfrentar novas situações. Saída de segurança e acolhimento que essa frase me transmitiu.

Maria Sueli: Eu estava tomada por um cansaço enorme, por uma dor imensa, profunda, quase mortal. Ao lado disso existia a imagem dura e denunciante da minha impotência.

Ruth: Penso que o fato de estar grávida me tornava muito mais emotiva e sensível com relação ao exílio. Lembro-me que nos primeiros dias, quando ligava o rádio e, evidentemente, só ouvia espanhol, me irritava profundamente. Sair da rua e sentir uma agonia, queria ouvir nossa língua. A aos poucos essa sensação foi atenuando e hoje, aqui na Europa, quando escuto espanhol num lugar público atemo "sinto em casa".

Em que medida se integrava ao país que a acolheu?

Nanci: Ao chegar ao Chile senti uma sensação de liberdade muito grande. A ideia da perseguição política ia desaparecendo aos poucos. Eu tinha uma vontade muito grande de ser útil, viver normalmente. Porém a falta de documentação regular pesava muito e me impedia de continuar os estudos ou trabalhar. A situação que atravessava o país era difícil e tornava o acesso ao trabalho praticamente impossível aos estrangeiros. O que me sustentava psicologicamente era a solidariedade de alguns velhos amigos e o clima acolhedor e vivaz que atravessava o país. O relacionamento com várias pessoas me deu a possibilidade de viver toda essa experiência, o que sempre nos dá oportunidade de aprender muito mais.

Monica: No Chile não tive nenhum problema de adaptação. Logo comeciei a estudar. Não sentia ainda a distância, a saudade que hoje sinto por estar tão longe do Brasil.

Maria Sueli: Meu refúgio foi buscado em águas onde a turbulência tinha outra cor. Era o Chile de 72, com seu povo irrequieto, remexendo poeira dos seus séculos de opressão. Um povo que estava decidido a limpar a casa de seus teias de aranha; que abria portas e janelas, ventilando tudo. A casa não tinha sido der-

rubada mas sofria uma reforma das boas! Eu estava feliz, sofrendo a saudade do meu povo, da dor de nossa opressão, mas contente no meio desse trabalho todo.

Ruth: Viver o Chile de Allende foi uma das mais ricas experiências de minha vida. Era o convívio com a liberdade durante 24 horas por dia. A produção cultural era intensa, como fruto da democracia plena que se vivia. Aprendemos a viver e a sentir as datas nacionais, o "Dieciocho" com seus bailes populares, as "ramadas" iguais às nossas quermesses. Aprendemos a nos organizar por quartelão para comprar mantimentos, pois o abastecimento não era mais desfrutado somente pelos privilegiados. Participava de um comitê de mulheres brasileiras no exílio e pudemos estudar e viver o problema da necessidade de participação da mulher no processo democrático. Assistimos também, tal qual aconteceu no Brasil em 64, a utilização de milhares de mulheres como massa de manobra dos golpistas de setembro de 73. Fico às vezes pensando quantas dessas mulheres terão hoje seus filhos desamparados ou no exílio.

Tendo que sair do Chile em setembro de 73, como se deu a readaptação ao segundo exílio?

Nanci: Chegado o golpe de setembro de 73, deixei o Chile e cada um de nós foi para o país que era possível ir, sob a intervenção e proteção da ONU. Vim para a Itália. No primeiro ano vivi entre o deslumbramento de um país mais desenvolvido e o problema da readaptação, seja pela língua ou diferença de cultura. O segundo ano foi ainda mais difícil, o problema da volta ao Brasil se fazia sentir com mais força e as dificuldades de adaptação foram ainda maiores.

Maria Sueli: Como havia dito, as casas foram limpas no Chile; abriram portas e janelas, ventilando tudo, pintando tudo com cores novas. Entretanto... os ratos foram esquecidos no porão. Alimentados através de um buraco que fora esquecido na confusão da reforma e que comunicava com o exterior. O alimento foi bom, eles foram se fortalecendo e em setembro de 73, por causa disso, eu que já estava quase a vontade no meu convívio com essa outra língua, com esse outro povo, tive que pegar minha viola e ir cantar noutro lugar.

Ruth: A Bélgica é o nosso segundo exílio. Aqui chegamos em pleno inverno europeu, em janeiro de 74. A mudança foi muito brusca para todos nós; trazíamos conosco nossos três filhos e se há lembranças amargas nesses anos todos, creio que nossa chegada aqui foi a que mais me marcou. Uma sensação terrível

de nos sentirmos perdidos no mundo, num mundo com o qual não tínhamos nada a ver. Com o passar do tempo, o relacionamento com bons amigos belgas, a situação foi se modificando. Mas ainda perdura aquele sentimento de não me identificar com as coisas daqui.

Mônica: Em 73, alguns dias depois do golpe, tive que sair do Chile com meus pais. Saímos através da caixa de correio da Panama; lá chegados fomos muito bem acolhidos, mas depois de três meses tivemos que deixar o país por questões de trabalho e dirigimo-nos para a Bélgica. Aqui recomeci meus estudos e me sentia muito só, sem saber a língua. Achei tudo muito diferente, as pessoas frias e até hoje, depois de quatro anos, ainda tenho as mesmas sensações, de estar longe de tudo.

Como resolveram o problema da sobrevivência?

Nanci: Chegando na Itália tive meus documentos regularizados como refugiada e apesar da Convenção de Genebra prever aos refugiados igualdade de condições de trabalho, na prática as coisas são diferentes. Mas uma vez tive que enfrentar subemprego (empregada doméstica, camareira de albergue, etc) durante um ano, até que meus documentos de estudo fossem reconhecidos. Depois, com a ajuda de uma pequena bolsa de estudos, pude terminar meu curso de enfermagem. Porém, já formada, só consegui trabalho regular depois que provei que sou descendente de italianos, ainda que em terceira geração.

Ruth: Com três filhos, o problema da sobrevivência foi muito duro nos primeiros meses. Somente sete meses após nossa chegada e que nossa vida profissional pode ficar definida. Meu marido foi contratado pela Universidade como assistente e eu terminei meus estudos de Jornalismo enquanto trabalhava algumas horas por dia num escritório de seguros. Hoje já consigo algum trabalho como "free-lancer" e a gente vai tocando o barco. As crianças conseguiram se matricular e bem ou mal a gente conseguiu reorganizar uma vez mais nossas vidas.

Maria Sueli: Sobreviver não é fácil! Cheguei na Europa em janeiro de 74 e fazia um frio de morte: era tempo de gelo. Na rua, ninguém. Só o gelo mole e eu. Sem bota, sem lenço e sem documento, caminhava contra o vento e ia ganhando o pão de cada dia limpando a casa pros belgas. Depois, pouquinho a pouquinho, as coisas foram se arranjando: a língua desse povo estrangeiro foi começando a penetrar minha orelha resistente à maternidade veio para me ajudar a superar parcialmente o sofrimento desse enorme vazio afetivo provocado pela perda de tantos e de tanta coisa amada.

te, me conta é o Brasil"

...m o sofrimento dos longos anos de ausência forçada e
...entas, o momento da volta. A anistia.

...sentirmos perdidos no mundo, mundo com o qual não tínhamos a ver. Com o passar do tempo, o reame com bons amigos belgas, não foi se modificando. Mas ainda naquele sentimento de não me ficar com as coisas daqui.

Monica - Em 73, alguns dias depois lpe, tive que sair do Chile com pais. Saímos através da embaixada Panamá: lá chegamos fomos muito acolhidos, mas depois de três meses os que deixar o país por questões babilh e dirigimo-nos para a Bélgica recomeci meus estudos e me a muito só, sem saber a língua. tudo muito diferente, as pessoas e até hoje, depois de quatro anos, tenho as mesmas sensações, de esnuge de tudo.

Como resolveram o problema da evinência?

Nanci - Chegando na Itália tive meus mentos regularizados como refúgio, apesar da Convenção de Genebra r nos refugiados igualdade de cons de trabalho, na prática as coisas diferentes. Mais uma vez tive que ntar subempregos (empregada doca, camareira de albergue, etc) du- um ano, até que meus documentos tudo fossem reconhecidos. Depois, a ajuda de uma pequena bolsa de los, pude terminar meu curso de enagem. Porém, já formada, só conse- trabalho regular depois que provei sou descendente de italianos, ainda em terceira geração.

Ruth - Com três filhos, o problema da evinência foi muito duro nos prime- neses. Somente sete meses após nos- segada e que nossa vida profissional ficar definida. Meu marido foi con- do pela Universidade como assis- e eu terminei meus estudos de Jor- enquanto trabalhava algumas por dia num escritório de seguros. já consigo algum trabalho como "lançer" e a gente vai tocando o bars crianças conseguiram se matricu- bem ou mal a gente conseguiu reor- zar uma vez mais nossas vidas.

Maria Sueli - Sobreviver não é fácil! cuez na Europa em janeiro de 74 e um frio de morte: era tempo de de- Na rua, ninguém. So o gelo mole e Sem bota, sem lenço e sem docu- to, caminhava contra o vento e ia barar o pão de cada dia limpando casa belgas. Depois, pouquinho a pou- ho, as coisas foram se arranjando: a na desse povo estrangeiro foi come- lo a penetrar minha oreilha resisten- maternidade veio para me ajudar a me vazio afetivo provocado pela ta de tantos e de tanta coisa amada.

pelo sentimento de expulsão provocado pela agressão irracional da tirania. A Europa, essa velha prostituta respeitá- vel, começou a entrar pelos meus poros resistentes e, devagarinho, comeci a integrar as glórias e a misérias do capita- lismo desenvolvido. E descobri que ele pode permitir a tão decantada "liberda- de", tanto individual como coletiva. Mas... que a exploração e a opressão de uns sobre os outros segue lá, forte e intocável. Descobri que a ilusão da liberdade é tão perigosa como a ausência dela, que existe liberdade e LIBERDADE.

Como reagiram seus filhos?

Ruth - Monica tem uma capacidade de adaptação incrível. No Chile estava perfeitamente integrada, fazendo teatro infantil, cheia de amigos. Aqui, se bem que se sintia adaptada ao país, a escola, permanece muito ligada à sua vida no Chile e, o que é interessante, começou aqui a buscar muito mais intensamente conhecer seu país. Essa descoberta do Brasil (saui de lá aos 10 anos) se faz sobretudo através da nossa música. Voces não podem fazer ideia da importân- cia e da influência da música sobre todo s nos no exílio. E a voz do nosso povo dis- tante, suas magoas, suas alegrias, esse cotidiano tão sudoso, que chega até a gente através da música. E através dela que Monica aprendeu a amar nossas coi- sas. E é ainda através da música que ela manifesta sua saudade nas canções que compoe. Nossa filha mais velha, que ha- via retornado ao Brasil para terminar os estudos secundários, voltou agora a se juntar à gente - assim, a família está hoje completa. Quanto a Pedro, hoje com seis anos, começou desde cedo a aprender a amar sua patria distante e ficou o exílio para uma criança ficou profundamente marcada e em todos no dia em que Pedro, então com 5 anos, me pe- diu: "MAMAE, ME CONTA COMO É O BRASIL?" Temos procurado mantê- lo sempre ligado culturalmente ao Brasil e me dá uma alegria imensa ouvi-lo dizer: "vou ao Brasil ver a peça do Chico's Saltimbancos", ou quando ouve uma de suas músicas preferidas, "O Circo" e diz: "é a Maria Bretanha!".

Maria Sueli - Estou aqui, neste país de tempo frio e gente fria, trabalhando para ganhar o pão de cada dia, criando uma filha que é linda e é feliz, com sua pele morena, seus olhos de jabuticaba, sua cabecinha de fóforo e sua fala misturada. Essa filha que é a imagem mes- ma desta realidade dupla que a mãe car-rega sem ter escolhido. Essa filha que no seu jeito doce de falar e de me amar, evi- dencia a presença/ausência dessa terra quente que me impregnou para sempre

que é como uma tara, como um destino enorme e definitivo.

Como você sente o peso de ser chamada "refugiada"?

Ruth - Me sinto muito mais "rotula- da" do que chamada de refugiada. E esse "rotulo" foram as próprias autori- dades brasileiras que me deram ao me negarem o direito de ter passaporte en- quanto cidadã brasileira que sou.

Este é um direito pelo qual tenho ba- talhado sempre. Foram inúmeras as ve- zes em que fiz o pedido junto aos consu- lados brasileiros. No Chile nem nos recebi- am, voltei a insistir no Panamá e na Bélgica e até hoje estou a espera da inde- fectível consulta feita à Brasília. Não conseguimos nem mesmo a renovação do passaporte de nossa filha. No que mais tenho insistido é no registro de Pedro. É triste e revoltante ver num documento de identificação de uma criança de 6 anos: nacionalidade - refugiado político ONU, origem Brasil. Uma criança que aos dois anos teve que viajar do Panamá para a Bélgica com um salvo-conduto panamenho. E este é apenas um das centenas de casos de crianças brasileiras sem nacionalidade. O "rotulo" de refu- giado se tornando hereditário.

Nanci - Somos sempre considerados como seres especiais. Mas se a alguma s pessoas o fato de sermos refugiados gera sentimentos de simpatia, a outros gera repulsa. Tenho insistido junto as autori- dades consulares brasileiras, mas até o momento estas não se decidiram a dar- me passaporte.

Em quanto pesa no cotidiano o dese- jo da volta?

Ruth - É difícil equacionar o peso do desejo da volta no nosso cotidiano. Ele se faz sentir às vezes nas coisas mais ab- surdas e que aos olhos de muitos pode ate mesmo parecer tolice. Eu me lembro de uma tarde em que minha filha com- prou num supermercado um vaso de avenças. A simples visão dessa planta, tão nossa, fez acionar toda uma onda de saudade: a avença no canto da cozinha, minhas tias chegando em casa com o pão quentinho, o cafezinho das três da tarde. As vezes a saudade para mim é me ver subindo a Rua da Consolação para en- trar na Cesário Mota! A gente acaba vi- vendo a saudade em cada gesto, em cada palavra, e o desejo da volta é constante.

Monica - Minha volta, nossa volta ao Brasil, está sempre presente. É aquele desejo de poder ver de perto tudo o que conheci e aprendi sobre o Brasil aqui na Bélgica. A vontade de conhecer bem mi- nha terra, meu povo e seus costumes vive em mim em cada dia, em cada ho- ra.

Nanci - Eu sinto o desejo da volta na comparação automática que faço entre

Brasil e Itália. A saudade aumenta cada vez mais, há mesmo recusa em adaptar- se ao país em que se está. Aumenta a ne- cessidade de informação, de saber as no- vas do nosso país de origem.

Como você contorna o problema da saudade?

Maria Sueli - Aqui estou só, vivendo da minha saudade que é mais barulhen- ta que menino, que cresce como milho e tem raiz de ingazeiro.

Ruth - A própria dinâmica da vida nos obriga a contornar esse problema. Não se pode viver da saudade, vive-se o presente e principalmente o futuro. A saudade que sentimos, se bem que seja imensa, dolorida, não é desesperada, pois é uma saudade cheia de esperanças no futuro.

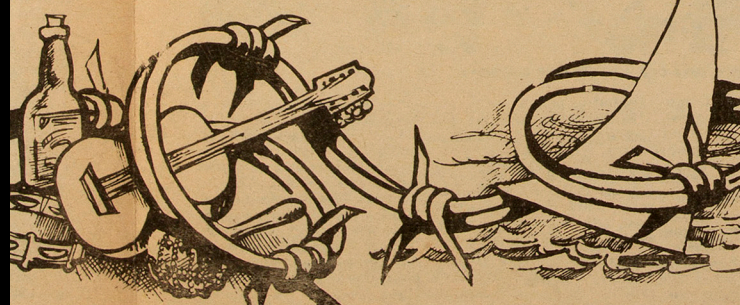
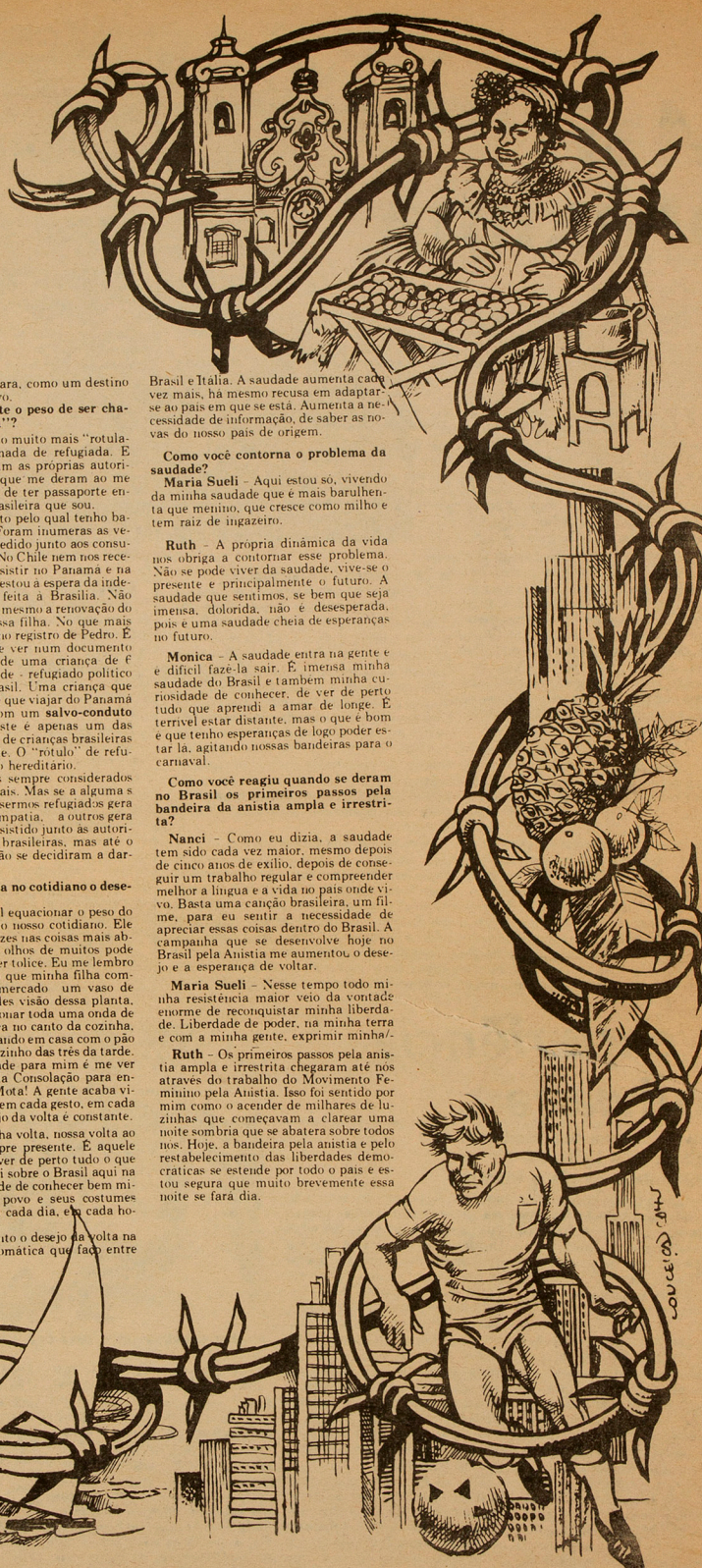
Monica - A saudade entra na gente e é difícil fazê-la sair. É imensa minha saudade do Brasil e também minha cu- riosidade de conhecer, de ver de perto tudo que aprendi a amar de longe. É terrível estar distante, mas o que é bom é que tenho esperanças de logo poder es- tar lá, agitando nossas bandeiras para o carnaval.

Como você reagiu quando se deram no Brasil os primeiros passos pela bandeira da anistia ampla e irrestra- ta?

Nanci - Como eu dizia, a saudade tem sido cada vez maior, mesmo depois de cinco anos de exílio, depois de conse- guir um trabalho regular e compreender melhor a língua e a vida no país onde vi- vo. Basta uma canção brasileira, um fil- me, para eu sentir a necessidade de apreciar essas coisas dentro do Brasil. A campanha que se desenvolve hoje no Brasil pela Anistia me aumentou o dese- jo e a esperança de voltar.

Maria Sueli - Nesse tempo todo mi- nha resistência maior veio da vontade enorme de reconquistar minha liberda- de. Liberdade de poder, na minha terra e com a minha gente, exprimir minha!

Ruth - Os primeiros passos pela anis- tia ampla e irrestrita chegaram até nos através do trabalho do Movimento Fe- minino pela Anistia. Isso foi sentido por mim como o acender de milhares de lu- zinhas que começavam a clarear uma noite sombria que se abatera sobre todos nós. Hoje, a bandeira pela anistia e pelo restabelecimento das liberdades demo- cráticas se estende por todo o país e es- tou segura que muito brevemente essa noite se fara dia.



Mais próxima

Cresce o movimento pela Anistia: ampla, geral e irrestrita.

"É o povo quem está criando este fei-riado", disse o historiador Hélio Silva na fundação da seção baiana do Comitê Brasileiro pela Anistia, a 18 de abril passado. O historiador falava do 33º aniversário da anistia de 1945 e do fato daquela data estar sendo celebrada em diversos estados do país. O povo comemora a anistia de ontem porque precisa de anistia hoje. Milhares de brasileiros que, pelas mais diferentes formas se manifestaram contra o atual regime militar, estão ou com seus direitos políticos cassados, ou exilados, ou banidos, ou presos, ou não mais vivem.

O movimento da anistia tomou impulso com a criação do Movimento Feminino pela Anistia, em 1975, com núcleo em quase todos os estados, e se concretiza nos Comitês Brasileiros pela Anistia, com seções no Rio, Bahia, São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná, e a participação de várias entidades representativas de classe — advogados, imprensa, setores operários, sociólogos, arquitetos, artistas, estudantes, Igreja, grupos de mulheres.

Recentemente, a luta ganhou caráter de urgência pela quarta greve de fome iniciada pelos presos políticos de Itamaracá, em Pernambuco, pelo fim do isolamento carcerário de Rholino Souda Cavalcanti e Carlos Alberto Soares, condenados à prisão perpétua. Dentre os mais de 200 presos políticos existentes hoje no Brasil, por volta de 80 aderiram à greve de fome em solidariedade aos companheiros de Itamaracá. O caráter dramático da greve espalhada pelo país motivou a solidariedade de várias entidades, entre as quais a CNBB, que lança um apelo às autoridades para que concedam a anis-

ta. Em várias capitais, organizam-se noites de vigília cívica e atos públicos. Familiares de presos vão a Brasília levar sua reivindicação até o presidente Geisel. Ao final de 23 dias, com vários presos em precárias condições de saúde, a greve foi suspensa. Vitoriosa? Ainda não se sabe. O juiz-auditor propôs que os dois presos ficassem quatro dias por semana convivendo com os demais, fazendo esportes e tomando banhos de sol, além de passar a receber visitas comuns. A proposta foi aceita. Mas até agora não se tem notícia de que ela tenha sido colocada em prática.

A contribuição dos advogados

A discussão sobre a anistia foi ampliada na Conferência Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, realizada em Curitiba de 2 a 12 de maio. Os advogados se manifestaram a favor do Estado de Direito, que para eles não se estabelece com a queda dos atos de exceção, mas requer "a participação efetiva do povo nos atos de criação e aplicação da ordem estatal." Assim, o Estado de Direito depende fundamentalmente do restabelecimento do habeas corpus sem restrições, da Anistia, da liberdade sindical e da soberania dos poderes Judiciário e Legislativo sobre o Executivo.

Nos Mulheres participa do Comitê Brasileiro pela Anistia, e pretende contribuir para o debate que é hoje fundamental: as características da anistia necessária ao Brasil e os caminhos para conseguí-la. Para isso, analisamos a anistia conseguida na Bolívia no início deste ano, na qual as mulheres tiveram importante participação.

A experiência boliviana

A greve de fome das mulheres se espalhou pelo país, até a vitória: anistia ampla e irrestrita.

São talvez pouco conhecidas entre nós as vicissitudes por que passa o povo boliviano. Apoiado numa conjuntura internacional que beneficiou extraordinariamente a subida dos preços do estanho (uma das principais fontes de renda do país), o regime boliviano também mudou o seu "milagre econômico", pelo qual o povo pagou. Os salários reduziram-se, assim como as liberdades individuais. A dívida externa subiu. E, na esteira desse "progresso" vieram o protesto do povo, a repressão, as prisões, torturas, exílios, mortes.

Mas como tudo no mundo muda, as dificuldades do governo boliviano foram se agravando. O "milagre" ruiu, como tantos outros. E cedo percebeu-se a necessidade da anistia como condição para a organização à vida nacional. O governo Banzer procurava ma-

nobrar. A tensão interna não era amenizada pelos ventos que sopravam dos Estados Unidos. Lá, achava-se que era melhor liberar a pressão social do que correr o risco de um estouro. Banzer e os militares bolivianos passaram então a prometer "reformas, liberalização, redemocratização". Não concordavam com anistia, muito menos ampla. Mas uma parcial poderia esvaziar a crescente campanha pela anistia ampla. Seria um gesto simpático, apropriado para o Natal — quando Banzer anunciou uma anistia parcial.

Três dias após, o governo toma conhecimento do gesto inesperado: um grupo de mulheres, menos de dez, rebelam-se contra a insuficiência do ato do governo e dão início a uma greve de fome exigindo a anistia ampla. O gesto, que poderia parecer quixotesco teve re-



Mulheres bolivianas e suas crianças: 22 dias em greve

percussão de massa. Como uma bola de neve, a luta cresceu.

O governo apelou para ameaças, chamando-a de "conspiração subversiva". Não adiantou; a greve ganhava novas adesões. As forças armadas governamentais invadem então salas de aula da Universidade San Andrés, do Sindicato dos Jornalistas e do jornal católico Presencia, de onde retiram a força os grevistas: mulheres e homens desarmados, enviando alguns para hospi-

tais, outros para prisões.

Protestos alastram-se por todo o país, centenas de novas pessoas aderem à greve de fome, espalhada agora por sete cidades. A Federação das Mães, entre outras, programa greve no trabalho. Ante essa situação, as forças que apoiam o governo começam a se dividir e surgem pedidos de renúncia do general-Presidente. A essa altura, 1.300 pessoas, grande número de mulheres, familiares de

perseguidos políticos, operários, estudantes e padres estão sem comer.

Dois dias depois de começada a greve, o governo anuncia pela rádio e pela televisão a anistia ampla. A greve, vitoriosa, foi suspensa. Alargado ficou o caminho para novas lutas até a redemocratização do país. E ficaram as lições do movimento desencadeado pelas mulheres bolivianas, entre elas a de que não basta a justiça de uma reivindicação: é preciso transformá-la em reivindicação de massa.

QUEM SERÃO OS ANISTIADOS

Presos Políticos — cerca de duzentos, espalhados em várias penitenciárias e submetidos a duras condições de carcere.

Ex-Presos Políticos — Milhares, com dificuldades em conseguir emprego, documentação, acesso ao ensino.

Banidos — Cerca de cem, trocados por embaixadores sequestrados pelos movimentos de ação armada contra o regime, entre 1969 e 1971. O banimento tem caráter perpétuo.

Exilados — Fala-se em dez mil brasileiros. Desde figuras de projeção nacional como os ex-governadores Miguel Arraes e Leonel Brizola, até líderes operários, estudantes e camponeses de expressão regional, passando por parlamentares, intelectuais e religiosos. Incluem-se também seus filhos, crianças apátridas, sem passaportes, negados pelo governo brasileiro.

Condenados à revelia — Certamente centenas, obrigados a viver clandestinamente, vivendo toda sorte de dificuldades e privações. Não podem recorrer das condenações, mesmo que estas já estejam efetivamente proscritas, pois a lei de segurança em vigor só permite recurso do condenado não revel.

Perseguidos — Só um exemplo mais recente: a "lista dos comunistas infiltrados no governo" do general Sílvio Frota, divulgada pela grande imprensa, gerou muitos afastamentos de emprego de cidadãos.

Cassados — Segundo o Coorjornal, 4682 cidadãos brasileiros foram cassados pelo "governo da Revolução". Militares, parlamentares, professores, governadores, prefeitos, etc. Até três ex-presidentes: Jango, Jânio e Juscelino. Os cassados pelo AI-5 representam os votos de 6.353.974 eleitores.

Aposentados, reformados, demitidos e destituídos — 3783 militares e

civis, de todas as categorias. Alguns professores universitários de renome internacional: Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Mario Scheinberg.

Religiosos expulsos — Forçados a deixar o país, porque "seus documentos não estavam em ordem", ou por "ter-se esgotado o prazo de permanência no país". Exemplos recentes de uma lista numerosa: o padre Giuseppe Fontanella, do Pará, o missionário menonita Thomas Capuano, do Recife, o Padre Jentel de Mato Grosso.

Trabalhadores grevistas — Aqueles que são condenados, perseguidos ou demitidos em decorrência da luta sindical ou grevista, como aconteceu com motoristas que entraram em greve no início de 77, em São Paulo.

Confitos pela posse da terra — São centenas, são milhares de camponeses, em especial posseiros, que em decorrência de conflitos pela posse da terra, têm sido perseguidos, presos, processados e muitas vezes condenados em alguns casos os participantes têm sido enquadrados na Lei de Segurança Nacional, outros, "desclassificados" para o Código Penal.

Estudantes — Centenas. Vítimas do Decreto de Lei 477, da expulsão das universidades em decorrência do regime interno, como aconteceu o ano passado em Brasília.

Jornalistas — Acusados de delito de imprensa e processados com base na Lei de Imprensa em vigor.

Escritores e Intelectuais — Processados por delito de opinião, ou incurso na Lei de Segurança Nacional, a exemplo de Lourenço Diaféria e Renato Tapajós.

N.R. Baseado na pesquisa de Roberto Ribeiro Martins, publicada no Jornal "DEFATO" Especial sobre Anistia, abril de 78.

No 1º de

Sin
lu

As trab
de suas
de mod

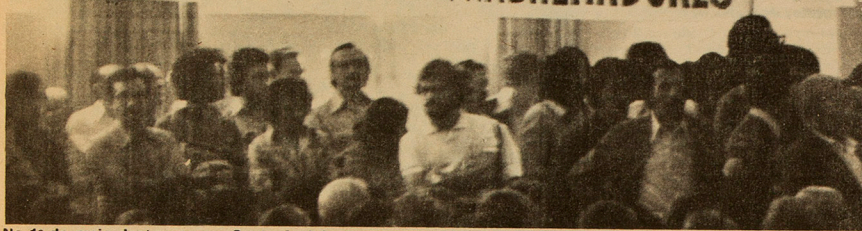
Departa
Sindicato
na da se
aulas de tr
No entant
I Congress
gica de Sã
dema, a q
Pela prim
necessidad
mulheres t
tir problem
seus: salár
lho, necess
relativos à
truação. Se
tamento F
ero das ch
nas".

Durante
ças de Sã
congressist
teresse e,
cessidade
sempre qu
seus probl
reiro, em C
ções para
cos. A cha
grande pre
ção sindic
é lugar só
folheto esp
lúrgicas".
cipa do sin
reclamar?
as reivindi
trabalhado
mens, cred
cando a m
reitos e vo
bém está
mulheres
homens, lu
se operária
pa 3 da Oj
rerá às elei
lúrgicos de
nentes da
o seu progr
reivindicac

A PALAVRA DE ORDEM É ESTA:

CONTRATOS... NO DIREITO DE GREVE!
1º DE MAIO DIA DE LUTA!

MULHERES! UNAM-SE NA LUTA DOS TRABALHADORES



No 1º de maio deste ano em Santo André, as trabalhadoras estiveram presentes.

Sindicato não é lugar só de homem

As trabalhadoras, brasileiras estão também descobrindo a importância de suas reivindicações. Como participar nos sindicatos de modo a reforçar o avanço de suas lutas?

Departamento Feminino dentro do Sindicato? Isso faz lembrar uma salinha da sede cuja única atividade são aulas de tricô, puericultura e culinária. No entanto, a partir da organização do I Congresso da Trabalhadora Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema, a questão está sendo discutida. Pela primeira vez, no Brasil, surgiu a necessidade de criar um espaço onde as mulheres trabalhadoras possam discutir problemas que são especificamente seus: salário menos pelo mesmo trabalho, necessidade de creches, problemas relativos à época de gravidez e menstruação. Seria possível criar um Departamento Feminino que não caísse no erro das chamadas "atividades femininas".

Durante o Congresso das Metalúrgicas de São Bernardo, em janeiro, as congressistas mostraram um grande interesse e, sobretudo, uma grande necessidade de continuar discutindo, sempre que necessário, entre mulheres, seus problemas específicos. Em fevereiro, em Osasco, realizaram-se as eleições para o Sindicato dos Metalúrgicos. A chapa de Oposição mostrou uma grande preocupação com a participação sindical da mulher. "Sindicato não é lugar só de homem, não" - dizia um folheto especialmente dirigido às metalúrgicas. Será que a mulher não participa do sindicato porque não tem o que reclamar? E o folheto desfilava todas as reivindicações específicas da mulher trabalhadora (salários iguais aos homens, creches etc.) e terminava convocando a mulher para defender seus direitos e votar na Oposição "que também está preocupada em organizar as mulheres para que elas, junto com os homens, lutem pelos interesses da classe operária". Em abril foi a vez da chapa 3 da Oposição Sindical, que concorrerá às eleições no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Entre os componentes da chapa estão duas mulheres, e o seu programa, além de contemplar as reivindicações mais urgentes da classe

trabalhadora - aumento de salários, liberdade sindical, direito de greve, etc. - defende também a criação de um Departamento feminino como forma de incorporar a mulher à luta dos trabalhadores.

Mas não são os Sindicatos estão preocupados com a participação feminina. Os articuladores de novos partidos também estão colocando esta questão na ordem do dia, discutindo não só quais são as reivindicações femininas que devem ser incorporadas num programa partidário, mas também de que forma a participação, das mulheres, dentro dos partidos, conseguirá assegurar o efetivo encaminhamento destas reivindicações.

Que o movimento de mulheres deve ser autônomo, assim como o movimento sindical dos trabalhadores, o movimento estudantil etc., é uma idéia em torno da qual parece haver consenso. Mas a forma das mulheres se organizarem, também enquanto mulheres, e levarem adiante a luta por suas reivindicações específicas, dentro de partidos e sindicatos, merece um debate mais aprofundado, já que mesmo dentro do movimento de mulheres é uma questão que só agora começa a ser discutida. Para enriquecer este debate, entrevistamos duas operárias metalúrgicas, uma das quais - Marta - é integrante da chapa 3 da Oposição Sindical ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

As mulheres trabalhadoras têm problemas específicos, como desigualdade salarial, inexistência de creches e condições de higiene, entre outros. De que forma elas podem se organizar para solucionar esses problemas?

Marta: Esta questão está sendo discutida. Acho que as lutas específicas da mulher vão ser incorporadas junto com as outras, de todos os trabalhadores. E isto tem que ser entendido pelo sindicato. Porque senão, se há depar-

tamento feminino com esta função, só a trabalhadora assume essa responsabilidade.

Mas só agora se fala tanto dos problemas da mulher, sendo que ela sempre teve esses problemas. Não se tem notícia de que o conjunto dos trabalhadores tenha algum dia assumido estas reivindicações.

Rosa: Na verdade, são as mulheres as mais interessadas em solucionar seus problemas; não adianta a gente querer que o homem lute por nós. Ele pode lutar também, mas quem vai realmente lutar - porque é óbvio que é uma luta - é a vítima.

Foi necessário que as mulheres estivessem presentes, forçando para que suas reivindicações começassem a ser assumidas, não é?

Marta: E por isto que eu colocava que o departamento feminino deve ter uma função transitória. Na medida em que houver condições para se criar outros organismos, como por exemplo comissões de fábrica, então a mulher que está na fábrica vai poder lutar através dessas comissões. Vai reivindicar creches, discutir as condições de trabalho da mulher. Quando pensamos no departamento feminino, para elaborar o programa da chapa 3, eu dizia que não era este o instrumento que ia trazer a mulher para o sindicato. Alguns achavam que ele era a salvação. Mas o próprio Sindicato de São Bernardo mostrou que não é quando quis que a mulher participasse, organizou um congresso.

Rosa: Mas o problema é a continuidade. Você não pode dizer que a mulher de São Bernardo, pronto, está na luta. Avançou bastante, é verdade. Mas na medida em que estão lá toda sexta-feira, é um departamento feminino está funcionando. Pode ser que não tenha nome, mas são mulheres que estão lá. Nesse sentido, acho que o Departamento cumpre a função de discutir as questões da mulher.

Marta: Concordo. Digo apenas que

ele não é o elemento fundamental para atrair a mulher. Está bem, a mulher foi atraída porque se organizou um congresso para discutir seus problemas. Depois houve reuniões onde as companheiras elaboraram um documento feminino para dar continuidade à luta. Como instrumento de continuidade, não como elemento de atração. Estou preocupada com a função que deve ter este departamento.

Acho que tem de discutir, além dos problemas da mulher, os problemas mais amplos. Tem uma função educativa.

Rosa: Educativa, mas especificamente da questão da mulher. Acho que este departamento tem uma função muito específica.

Marta: Ele pode ter esta função específica. Mas o que eu vejo é que ele tem mais a função de discutir com a mulher não os seus problemas mas inclusive experiências de luta do trabalhador em geral. Acho que nesse momento ele vai cumprir funções de conscientizar a mulher do seu papel na sociedade, não como mulher só, mas como ser humano.

Mas imagine você se as trabalhadoras resolvessem discutir qual o melhor tipo de creche para elas. Você imagina este tipo de discussão sendo levado numa assembleia geral, com todo mundo assumindo? Se isso pudesse ser feito, seria maravilhoso. Mas é difícil de acontecer.

Marta: Ai é que está. Acho que a função do sindicato é estar funcionando todos os dias para discutir uma série de problemas, inclusive da mulher e do menor. O próprio trabalhador vai sentir a importância de estar participando dessas discussões.

A questão é saber se os homens vão se interessar em discutir uma questão que até agora nunca assumiram. Bastaria o sindicato assumir para eles participarem?

Rosa: Pode acontecer de uma reunião sobre creches alguns homens assumirem, porque é uma luta de seus filhos, também. Mas por exemplo, o horário noturno: suponhamos que dez fábricas mudem de horário e a gente assine um papel dizendo que aceita. Adianta os homens concluírem que as mulheres não vão trabalhar no horário noturno? Não adianta, pois quem vai decidir é a própria mulher.

Marta: Mas esta não é uma questão só da mulher. O trabalho noturno é uma questão do homem também. Nenhum marido vai querer que sua mulher trabalhe à noite.

Rosa: Dependê. Se o marido estiver desempregado há não sei quantos meses... Sei de uma fábrica em que as meninas trabalharam durante o dia e tinham um serviço para entregar, então elas aceitaram dobrar e trabalhar à noite.

Ameaçadas de perder o emprego, as mulheres se organizariam dentro da empresa para rejeitar proposta do trabalho noturno? Porque ninguém pode fazer isso por elas.

Marta: Mas é importante que o homem assuma junto esta luta. É a mesma coisa da mulher com relação ao homem.

Rosa: Mas tem casos, por exemplo, como os companheiros bem conscientes que travavam uma luta na seção deles. Agora, as companheiras que trabalhavam numa máquina semelhante estavam ganhando igual porque a firma queria que a mulher ganhasse igual ao homem. Os homens foram contra. E um cara consciente falou assim: "E, não pode ser, porque a gente conhece mais coisa que elas, a gente tem mais responsabilidade". Gente consciente, hem! Então há um atraso da mulher e do homem na luta. Por isso acho que tem tanta coisinha para a gente fazer que tudo que possa aglutinar e levar a discussão só vai beneficiar a classe.

Um 1º de maio como há muito não se via

Renasce o movimento sindical brasileiro, depois de longos anos de silêncio forçado. Foi o que demonstraram as comemorações deste 1º de maio.

Desde a luta pela reposição salarial do reajuste dos anos 73/74, em setembro passado (um "engano" que resultou em mais de 30% de perda na capacidade de compra do trabalhador), já se pode prever: os trabalhadores estavam de novo entrando na cena política e assumindo a posição fundamental que devem ter no coro dos descontentes com a situação política e econômica do País.

E foi assim neste primeiro de Maio. Em Santo André, em Osasco, em Santos e em São Paulo, nos sindicatos e nos bairros, o que prendia a atenção dos participantes, ao contrário dos anos anteriores, eram os discursos inflamados e não mais as músicas ou interpretações teatrais. Mais de 1200 pessoas reunidas no Sindicato dos metalúrgicos de Santo André - na maioria operários da região - aplaudiram com entusiasmo propostas como a de se implantar imediatamente uma ampla reforma agrária, formar uma Central Nacional dos Trabalhadores ou ainda de se conseguir anistia ampla e irrestrita a todos os punidos políticos do País. "Estamos hoje trazendo a política às ruas, disse um metalúrgico da região; sentimos sede de justiça social e sabemos que as forças de oposição só serão vencedoras se nos unirmos a elas".

Os oradores não se contentavam em se pronunciar favoráveis a uma Central de trabalhadores (que quebraria a nossa estrutura sindical, verticalista, onde é proibido o contato entre os sindicatos de diferentes categorias), mas também, como disse um metalúrgico de São Bernardo, apontavam para a ne-

cessidade do trabalho de organização desde a base, ou seja, a fábrica, pois só assim garantiriam as conquistas feitas a custo de muita luta.

O despertar do trabalho no sindicato

Alem do discurso ter sido mais político, neste ano houve um crescimento significativo da participação dos trabalhadores nas comemorações nos sindicatos, em detrimento das comemorações de bairro.

Na Igreja do Jardim Climax, no ano passado, houve uma comemoração que reuniu mais de 800 trabalhadores com suas famílias. Este ano, na Vila das Mercês, que fica ao lado do Jardim Climax, não havia mais de 250 pessoas, numa manifestação sem muita vida. A mesma coisa ocorreu no colégio Santa Maria, na zona sul da cidade. Se no ano passado conseguiram reunir 1000 pessoas (uma festa de dia infeiro, com piquenique), desta vez não passaram da metade. E foi assim em muitos outros lugares. Em compensação, o trabalhador mais consciente e combativo começa de novo a dar crédito para a validade de sua presença no sindicato.

Em Osasco tudo foi diferente

De manhã, os metalúrgicos foram ao seu sindicato. De tarde, a Oposição Sindical da região recebeu representantes de várias outras oposições sindicais, de outras regiões, que vieram participar de um primeiro de Maio de Oposições unificado, como dizia o comunicado convocatório. Mas qual não foi a decepção ao ver que a maioria dos participantes eram estudantes e não



Metalúrgicos de Santo André, no dia do trabalhador

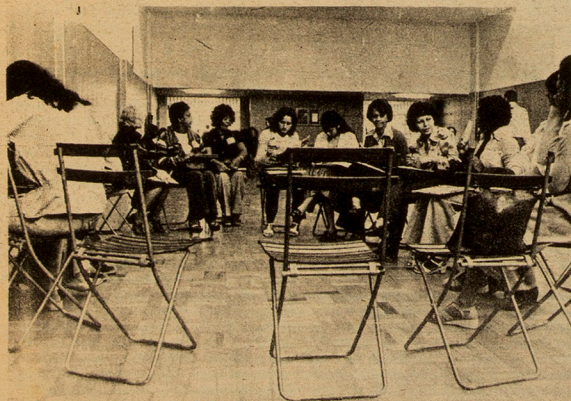
trabalhadores. O que mostrou que tinham certamente razão as oposições ou setores de oposição que - durante as reuniões que deveriam decidir qual a forma de ação comum às diversas oposições neste primeiro de Maio - diziam ser pouco o tempo e incipiente a força das oposições para um ato de tal envergadura.

Evidentemente, numa reunião onde comparecem mais de 2000 pessoas, onde os discursos se seguem, arrancando entusiasmados aplausos da multidão, sobram aspectos positivos a serem ressaltados: Em primeiro lugar, a capacidade da Oposição dos Metalúrgicos de Osasco em garantir o bom andamento de uma reunião aberta como esta. Em segundo lugar, a sensibilidade da mesa para não transformar a reunião em Assembleia, como queriam al-

guns, dado o reconhecimento da sua falta de representatividade. E em terceiro lugar, os discursos, as análises e as propostas apresentadas, que não fugiram da tônica de todas as outras manifestações deste primeiro de Maio em São Paulo. "Estou convencido de uma coisa, disse Flores, metalúrgico da Oposição Sindical de São Paulo, a gente ainda tem uma etapa a desenvolver até chegar a um primeiro de Maio unitário. Porque fazer um primeiro de Maio unitário é juntar operários, intelectuais, estudantes. De qualquer forma, foi uma experiência. A gente tem que ver quais foram os erros e acertos e se no próximo ano consegue fazer um primeiro de Maio dos trabalhadores, talvez até o encerramento de um Congresso das Oposições. Seria uma grande vitória".

Mulher operária: a vez das químicas

Salário inferior, higiene precária, falta de creche, são alguns dos problemas levantados no I Congresso da Trabalhadora do Setor Químico e Farmacêutico.



Em grupo, as trabalhadoras químicas discutem seus problemas.

"A mulher representa hoje, no setor Químico, mais da metade dos trabalhadores. Com problemas semelhantes, que vão desde baixos salários até falta de creches e preocupações caseiras, dificilmente a trabalhadora química encontra tempo para discutir com as colegas os problemas que as afetam igualmente. Assim o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas justificou, através de seu jornal "O Trabalhador Químico" de março/abril, a realização do 1º Congresso das trabalhadoras no setor, dias 29 e 30 do mês passado.

Para a maioria das participantes esta foi, de fato, a primeira oportunidade de discutir a fundo os seus problemas. Problemas que não se diferenciam muito daqueles sentidos por outras categorias de trabalhadoras. Como estas, as químicas e farmacêuticas também ganham bem menos do que os homens pela mesma função. Um estudo do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) sobre o trabalho feminino nesta categoria revelou que os homens ganham 90% a mais do que as mulheres. A partir dos grupos de debates, constatou-se que, além de receberem salários inferiores aos homens, as químicas e farmacêuticas estão submetidas a precárias condições de higiene em muitas empresas os banheiros são mistos, para homens e mulheres, em flagrante desrespeito à legislação. As congressistas queixaram-se também da alimentação, da vigilância excessiva. Denunciaram a inexistência de creches, a perspectiva de trabalho noturno, a imposição de horas extras. Discutiram sobre as condições

de segurança e o grau de insalubridade do trabalho. Queixaram-se dos serviços médicos prestados pelas firmas.

A condução dos debates esteve a cargo de coordenadoras que, muitas vezes, não se mostraram preparadas para dinamizar as discussões, preferindo responder às questões, ao invés de simplesmente abrir caminho para o grupo chegar sozinho a uma conclusão. Entretanto, este é, sem dúvida, um pecado menor, principalmente se se levar em conta que 14 anos de regime de exceção reduziram ao mínimo a prática do debate.

O saldo das discussões foi, sem dúvida, positivo. As trabalhadoras mostraram-se preocupadas em encontrar formas de solucionar os problemas levantados. Concluíram que não só elas deviam participar do sindicato, mas que este deveria estar presente nas empresas, distribuindo jornais, convocando para assembleias e até realizando, nas próprias firmas, reuniões como as que tinham feito no congresso.

Apesar de reunir apenas 60 trabalhadores, a importância do Congresso foi justamente caracterizar o sindicato, frente às mulheres, como um órgão representativo de classe, cujos objetivos foram assim expressos durante a palestra de Almir Pazzianotto, advogado trabalhista:

"Qual a finalidade de um sindicato de classe? Promover bailes, piqueniques, oferecer atendimento médico-dentário? Tudo isso é importante, mas não fundamental. A finalidade fundamental do sindicato é proteger o trabalhador contra o patrão".

Liberdade não se outorga. Conquista-se.

Noventa anos depois da abolição, o negro continua social e economicamente marginalizado. E luta por sua libertação definitiva.

Três de maio de 1888. Por um decreto real, os escravos eram libertados. Noventa anos depois, os descendentes dos negros africanos trazidos para a escravidão dos engenhos de açúcar no Brasil recolocam a questão: não foram libertados, ainda hoje. A abolição da escravatura foi resultado da pressão estrangeira, da necessidade da Inglaterra vender as manufaturas que começava a produzir, naquele início da industrialização. Os escravos estavam ficando caros. A economia precisava de trabalhadores assalariados, com poder de compra, e para isso começaram a vir para o Brasil imigrantes europeus. Os negros? Foram jogados à margem, confinados ao subemprego, onde a maioria se encontra até hoje. Transformados em elemento folclórico, ligados ao carnaval, ao futebol ou ao crime, são a maioria dos desempregados do país. Sua participação na história foi mascarada, de forma semelhante à das mulheres. Era necessário silenciá-los.

Noventa anos depois, o debate sobre a questão da raça negra no Brasil vem a público, através de suas lideranças acadêmicas, políticas, de uma imprensa que já está nas ruas (Tição, no Rio Grande do Sul, e *Jornegro* e *Afro-Latino-América*, em São Paulo), de lideranças na arte e mesmo no esporte, onde surge a voz de Paulo César Grieco contra a opressão de sua raça.

A comemoração da estátua da Mãe Preta, símbolo do negro que aquiesce na

sujeição ao senhor branco, está agora restrita àqueles grupos negros que tradicionalmente se reúne no Largo do Paissandu, nos 13 de maio. Outros grupos levantam uma pergunta: comemorar o 13 de maio porque? Há quem sugira a mudança da comemoração da liberdade para outras datas, como a do quilombo dos Palmares, onde a liberdade foi arrancada com luta. Há também quem pense que é necessário comemorar o 13 de maio para fazer a denúncia e recolocar a história, apontando para a situação real do negro no Brasil.

Jornalista do grupo *Afro-Latino-América*, do jornal *Versus*, Neusa Maria Pereira pergunta: "Que libertação foi essa? Noventa anos depois uma semana antes do 13 de maio é assassinado o negro Robson Luis, numa delegacia. Com 21 anos, por um crime que não cometeu. É preciso denunciar esses fatos, o racismo que a gente sofre. Por exemplo, o pessoal não entende porque gostamos de soul, não sabe que há entendimento através da emoção. "Sentir é questão de pele", como diz a música de Gilberto Gil. Querem nos ditar aquilo de que devemos gostar. Criticam porque é música americana. Mas não criticam com a mesma violência outras influências americanas entre nós."

"O discurso não é a única forma de comunicação", continua ela. "De que serve uma revolução que deixa de lado

as raízes culturais de um povo? Quando foi Festival de Arte Negra, na Nigéria, Gil viu de perto uma apresentação do balé de Angola, e disse que parecia o balé russo..."

O grupo *Afro-Latino-América* está voltado para a comunidade negra, ao mesmo tempo em que tem participado de vários movimentos políticos democráticos. Sobre essa experiência, diz Neusa preocupada: "Hoje, os negros estão sendo muito usados pelos grupos de esquerda. Precisamos tomar cuidado para não virarmos uns agitadores baratos. Porque afinal, o que é que a gente está realmente agitando? Será que aí encontraremos nossa libertação?"

Num debate publicado pela revista *Isto É* com lideranças negras e em vários campos, colocou-se a questão do modelo onde buscar as raízes culturais do negro brasileiro. Na África, de junto aos negros norte americanos? "Se (o movimento negro) quiser sair de uma camisa-de-força sem cair em outra", diz Abdias Nascimento, professor universitário residindo "compulsoriamente" nos Estados Unidos, em entrevista por telefone, "nossa inspiração tem que ser a África, onde temos modelos muito mais antigos que qualquer outro modelo apresentado pelo mundo ocidental."

Na mesma entrevista, diz Lélia Gonzales, da Escola de Artes Visuais do Rio de Janeiro: "Até que ponto nós não poderíamos nos reportar à contribuição do negro que viveu no quilombo? Parece muito importante, evidentemente, toda uma experiência africana. (...) mas nós temos também os nossos elementos, nós temos também uma recriação. (...) Vamos perceber, em termos de uma história que se desenvolveu no Brasil, de um negro que foi oprimido, que está sendo oprimido até os dias de hoje, vamos perceber focos de resistência, focos de tentativa de criação e afirmação de si mesmo, a

nível de religião, de uma resistência política, social e econômica e, digamos, em termos de integração étnico-cultural. No quilombo, vamos ver uma relação em nível até mesmo militar, a nível de luta armada. O modelo está aí para nós. (...) Nós não temos de buscar em modelos americanos nem africanos uma solução para o negro brasileiro. A nossa história tem sua especificidade, e me parece muito importante que nós nos voltemos e reflitamos sobre a experiência de nossos antepassados."

Mãe Menininha do Gantois aconselha: meu filho, de uma Olivetti portátil para a sua mãe.



Ela vai se sentir uma verdadeira mãe de santo.

olivetti

A famosa mãe-de-santo Mãe Menininha do Gantois, cantada por Dorival Caymmi na voz de Maria Bethânia, está agora vendendo máquinas de escrever. Triste exemplo de como são esvaziados os valores religiosos de um povo.



Comemoração da Mãe Preta: sujeição aos valores do branco



Gil no Municipal, dia 13 de maio: afirmando a cultura negra

Os sentimentos...

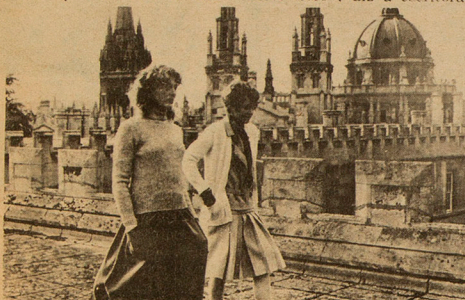
É realmente um alívio. Depois de outros filmes, nacionais e estrangeiros, onde continuamos símbolo de banalidades, fruto perfeito da tal costela de Adão, "Julia" é uma exceção em nossos cinemas poluídos de pornochanchadas e Kung Fus.

O filme é a caminhada de duas amigas, Julia (Vanessa Redgrave), uma jovem aristocrata torna-se militante política e é assassinada pela polícia Nazista. A outra personagem, Lily, (Jane Fonda) uma

escritora que vai além do mundanismo e superficialidade que a fama lhe oferecia.

O filme é baseado no livro autobiográfico de Lillian Hellman "Sentimento", cujo título original "Pentimento", significa a revelação dos traços iniciais de um quadro, que o desgaste da pintura deixa aparecer. "A pintura envelheceu e quero ver o que outra houve nela para mim e o que há agora. Isso é tudo que quero dizer sobre as pessoas nesse livro", diz a escritora

na introdução de seu livro que, como o filme, é uma reflexão sobre a vida. Julia, é o personagem chave, o mais heroico e o amor de Lily por ela está no reconhecimento de sua coragem em enfrentar a vida, sem timidez e de maneira inabitual para uma mulher. Esse traço da personalidade de Julia contrasta com as inseguranças de Lily, que no entanto são fruto de uma sensibilidade profunda. Ambas, são mulheres dos "novos tempos", cuja existência se confunde com a história. Seus destinos rompem com os modelos estabelecidos como inabaláveis.

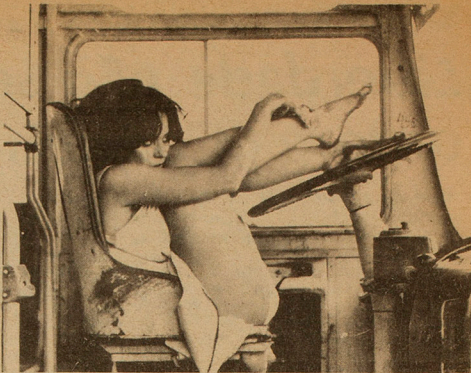


Julia e Lily: a dignidade de duas mulheres.

... e a vulgaridade

O filme de maior bilheteria no momento traz umamulher como personagem principal: "A Dama do Lotação". Baseado num conto de Nelson Rodrigues, com direção de Neville de Almeida, a melhor coisa do filme é a música de Caetano Veloso. De resto são 80 minutos de chatice. Um filme pornochanchada de luxo, onde a mulher é desvalorizada ao máximo.

Uma mulher "fria" com seu marido, se realiza plenamente com outros homens.



Uma mulher valorizada apenas pelo sexo

Em nenhum momento é colocada a questão do porquê de sua frigidez e a personagem que Sonia Braga representa aparece apenas como uma mulher "insaciável" que "traí" seu marido todo dia e com hora certa, sendo a única responsável pelo fracasso de seu casamento. Um filme também preconceituoso com relação ao homossexualismo, e que não soube explorar um problema da maior importância em nossos dias - a relação homem/mulher dentro do ca-

samento.

O que dizer da mulher nesse filme? Que ela trilha bravamente os caminhos da libertação tentando se encontrar, ou que reproduz fielmente nosso papel imposto de "boazuda" (quando não de "dona do lar"), e grande objeto sexual dos homens?

Porque se faz tão ampla propaganda de um filme desse tipo e não se divulga outros filmes nacionais de melhor qualidade?

IMPRENSA

Um jornal negro

Editado pela Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo, **Jornegro** é um jornal de afirmação da raça negra brasileira. Analisa os fatos de um novo ponto de vista, mostrando por exemplo que Mazzaropi apenas tenta encobrir o racismo no filme "Jeca e seu filho preto". Questionando a abolição, falando do Soul, da favela e de desemprego entre os jovens negros norte-americanos, **Jornegro** se mostra também preocupado com a condição da mulher negra. Em artigo de última página do número dois, de maio passado, sobre o racismo e a exploração dos regimes racistas do sul da África, diz: "As mulheres são as companheiras e as filhas e sobre elas o **apartheid** é ainda mais esmagador. São exploradas pela raça e pelo sexo."

Jornegro pode ser encontrado na Rua Maria José, 450, Bela Vista, a Cr\$ 5,00.



leia, assista e distribua
NÓS MULHERES

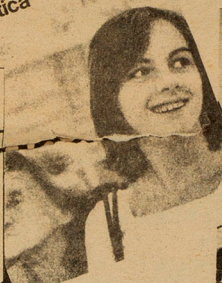
41
donne
e política



Na Itália

"Donne e Política". "Effe". São nomes de revistas feministas da Itália. É a mulher tomando consciência de seus direitos, se organizando, produzindo, em todo o mundo, sua própria imprensa. Ai são discutidos seus problemas e definidas posições sobre os mais diversos assuntos em que a participação da mulher é fundamental.

Na revista "Donne e Política" nº 41, por exemplo, a matéria sobre o Paraguai - "A Luta de Libertação Nacional e a Luta da Libertação da Mulher" mostra a íntima ligação entre os dois movimentos para derrubar Stroessner que se encontra no poder há 23 anos. Fala ainda das duras condições de clandestinidade



numa das mais ferozes ditaduras da América Latina, onde há mulheres presas há mais de 10 anos por "crimes políticos" e o direito de voto feminino é uma conquista recente.

Na Espanha

Recebemos o número 23 da revista espanhola VINDICACION FEMINISTA, editada em Barcelona. Entre suas matérias, há uma reportagem sobre as manifestações feministas realizadas em março, na Itália - passeatas; comemorações do dia 8, onde discutiram a posição do movimento frente às instituições e a luta de classes; e uma "convenção internacional sobre a violência na família e na sexualidade (uma comissão dedicou-se exclusivamente ao homossexualismo), das violações, da violência contra as crianças, da violência nos cárceres e nos manicômios".

Outro assunto a ser destacado é o debate, promovido

VINDICACION feminista



pela revista, sobre o divórcio onde todas as organizações feministas concordaram com a necessidade de não dissociar as questões: "divórcio e família".

A matéria de capa é uma entrevista com Angela Davis. A líder negra americana declara: "do mesmo modo que a luta contra o racismo deve ser levada entre os brancos, a luta contra a supremacia masculina deve ser levada também pelos homens".

Um jornal novo

LAMPIÃO, número zero. Jornal novo, dos nancos, feito por homossexuais, que fala da questão do homossexualismo e que vê as coisas sob tal perspectiva.

Esse novo jornal, corajoso, ousado, pretende sair do "gueto" a que estão confinados os homossexuais "O que nos interessa é destruir a imagem padrão que se faz do homossexual. (...) nos nos em-

penharemos em desmoralizar esse conceito que alguns nos querem impor - que a nossa preferência sexual possa interferir negativamente em nossa atuação dentro do mundo em que vivemos".

LAMPIÃO se preocupa também com todos os grupos discriminados em nossa sociedade-negros, índios, mulheres-pretendendo dar voz a tais grupos. O número zero consta de reportagem, ensaio, literatura, notas culturais. De Garcia Lorca a Celso Cury, LAMPIÃO está aí para quem quiser ver.

Reverdo a história

Fundada em 1937 e fechada em 1964, a UNE passa a funcionar ilegalmente até 72, quando desmantelada desaparece da vida política nacional. Os importantes acontecimentos políticos que cercaram a vida da entidade são contadas com ilustrações e rica documentação, em 120 páginas. O lançamento é da "Edições Guaraná", iniciativa de jovens universitários da área de Ciências Humanas da USP, para quem a produção acadêmica não é necessariamente uma atividade desligada do momento político: "Não queríamos que nossa pesquisa ficasse na gaveta, como tem acontecido com a maioria dos trabalhos realizados na Universidade; acreditamos que a Universidade deve servir à comunidade".

A revista está à venda a Cr\$ 40,00, em todos os centros acadêmicos de São Paulo.